

PLANO ESTRATÉGICO da ACÇÃO SOCIAL

Síntese

2004 - 2008



MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL,
DA FAMÍLIA E DA CRIANÇA
INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.



PLANO ESTRATÉGICO **da ACÇÃO SOCIAL**

2004-2008

1. Estrutura: Lógica interna, Metodologia, Equipa, Duração	6
2. Contexto nacional e internacional	10
3. ANÁLISE ESTRATÉGICAGLOBAL	13
3.1. Enquadramento Inicial	14
3.2. Proposta de Definição de Acção Social	15
3.3. Tensões Transversais à Acção Social Portuguesa	17
3.4. Síntese do diagnóstico	18
3.5. Debilidades/Potencialidades e Oportunidades/Ameaças	23
3.6. Orientações estratégicas: Estratégias, Objectivos, Programas, Produtos	25
4. Análise estratégica: INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA	33
4.1 Síntese do diagnóstico	34
4.2 Enquadramento do sistema	35
4.3 Debilidades/Potencialidades e Oportunidades/Ameaças	36
4.4 Orientações estratégicas: Estratégias, Objectivos, Programas, Produtos	37
5. Análise estratégica: APOIO ÀS FAMÍLIAS	41
5.1 Síntese do diagnóstico	42
5.2 Enquadramento do sistema	47
5.3 Debilidades/Potencialidades e Oportunidades/Ameaças	49
5.4 Orientações estratégicas: Estratégias, Objectivos, Programas, Produtos	52
6. Análise estratégica: APOIO AO SUJEITO	57
6.1. Protecção à Infância e Juventude	58
a) Síntese do diagnóstico	58
b) Enquadramento do sistema	61
c) Debilidades/Potencialidades e Oportunidades/Ameaças	64
d) Orientações estratégicas: Estratégias, Objectivos, Programas, Produtos	66

6.2. Protecção às Pessoas Idosas	71
a) Síntese do diagnóstico	72
b) Enquadramento do sistema	74
c) Debilidades/Potencialidades e Oportunidades/Ameaças	77
d) Orientações estratégicas: Estratégias, Objectivos, Programas, Produtos	79
6.3. Protecção às Pessoas com Deficiência.....	85
a) Síntese do diagnóstico	86
b) Enquadramento do sistema	88
c) Debilidades/Potencialidades e Oportunidades/Ameaças	91
d) Orientações estratégicas: Estratégias, Objectivos, Programas, Produtos.....	93
7. PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DA ACÇÃO SOCIAL	99

ESTRUTURA

O trabalho realizado pelo CET/CESIS centrou-se na elaboração do Plano Estratégico da Acção Social para os próximos 5 anos (2004/2008) definindo, a partir da análise das dinâmicas sociais, as Estratégias, Objectivos e Programas Estruturantes para esse horizonte temporal.

O relatório final do Plano está organizado numa introdução e 9 capítulos (apresentando-se nesta brochura uma síntese)

- **INTRODUÇÃO: FUNDAMENTOS E OBJECTIVOS DO PLANO ESTRATÉGICO**
- **CAPÍTULO 1 - AS POLÍTICAS E A ESTRUTURANACIONAL DA ACÇÃO SOCIAL**
- **CAPÍTULO 2 - A POLITICA SOCIAL EUROPEIA E AS ORIENTAÇÕES PARA A ACÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL**
- **CAPÍTULO 3 - DISPARIDADES AO NÍVEL DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE RENDIMENTO E IMPACTES NA ACÇÃO SOCIAL**
- **CAPÍTULO 4 - A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE ACÇÃO SOCIAL PARA OS PRÓXIMOS 5 ANOS**
- **CAPÍTULO 5 - ANÁLISE ESTRATÉGICA GLOBAL**
- **CAPÍTULO 6 - INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA**
- **CAPÍTULO 7 - APOIO ÀS FAMÍLIAS**
- **CAPÍTULO 8 - APOIO AO SUJEITO SOCIAL: Protecção à Infância e Juventude, Protecção às Pessoas Idosas e Protecção às Pessoas com Deficiência**
- **CAPÍTULO 9 - PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DA ACÇÃO SOCIAL**

Metodologias

As metodologias de planeamento estratégico assentam na procura de uma fundamentação racional, transparente e participada da mudança social num contexto de incerteza gerado pela complexidade crescente da vida em sociedade. Procuram-se fundamentar as respostas sociais, através de uma análise de base científica das mudanças sociais, e na procura da eficácia na distribuição dos recursos, sempre escassos.

As opções metodológicas deste trabalho foram balizadas pelos objectivos definidos inicialmente mas também pelo tempo e recursos disponíveis:

- Articulação entre uma reflexão teórica e uma reflexão empírica centrada na realidade portuguesa mas também de referência face à realidade europeia
- Articulação do estudo com os serviços do MSST, com os serviços regionais e parcerias, estabelecendo metodologias participadas onde todos se possam rever
- Recursos a peritos que detenham desde já informação recolhida e que se disponham a organizá-la em função do objecto do trabalho

Duração do Trabalho: 7 meses (de Junho a Dezembro de 2003)

Utilizaram-se diversas metodologias de onde se pode salientar:

- 1.** Recolha documental: bibliográfica e empírica
- 2.** Produção de documentos sistemáticos sobre dimensões sócio-demográficas e económicas:
 - Contextualização da Acção Social nas Ópticas Sócio-Demográfica e Territorial, da GEOIDEIA
 - Plano Estratégico da Acção Social – um Contributo Económico-Social, de A. Mateus
- 3.** Realização de entrevistas individuais , formais e informais, a interlocutores:
 - da sociedade civil com intervenção nesta área
 - técnicos com intervenção nas diversas áreas da acção social
 - administradores do sistema
 - Entrevistas colectivas com os directores dos diversos Centros Distritais, ou seus representantes, nas quatro principais regiões do país
- 4.** Envio de SWOT às entidades definidas em reunião com a Equipa Técnica de Acompanhamento que abrangiam pessoas:
 - dos vários níveis de inserção no sistema de Acção Social
 - de várias áreas geográficas
- 5.** Trabalho de consultoria pedido a peritos especialistas sobre as propostas contidas neste plano
- 6.** Foruns Regionais de apresentação e aferição das propostas
- 7.** Reuniões com a Equipa Técnica

***CONTEXTO NACIONAL
E INTERNACIONAL***

Contexto Nacional

A especificidade e a abrangência da Acção Social portuguesa torna-a única no contexto da experiência europeia pela sua diversidade de intervenção e abrangência de problemáticas, no entanto, poderá correr o risco de num futuro próximo se consolidar como uma área fragmentada de programas e medidas avulso sem estrutura articuladora.

O trajecto mais recente da Acção Social em Portugal é essencialmente marcado pela influência e combinação de traços como:

- i) permanência no campo da segurança social, no qual mantém um baixo teor de interacção e influência
- ii) criação de medidas diversificadas (prestações, programas e projectos) de precária articulação entre si e com as demais áreas adjacentes
- iii) ausência de definição institucional acordada sobre patamares e garantia de “mínimos sociais”
- iv) baixa taxa de benefícios administrados

Documentos-Chave :

Constituição Portuguesa

Lei de Bases da Segurança Social, Lei nº32/2002

Programa do Governo

Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2003/2005 (PNAI2)

Contexto Internacional

Debates ressaltam:

- Dificuldade de sustentação financeira e reconhecimento da necessidade de reestruturação das políticas sociais públicas
- Defesa da íntima solidariedade entre crescimento económico e coesão social
- Concepção activa das políticas sociais centradas no Emprego
- Necessária solidariedade entre políticas económicas e sociais com base no modelo social europeu

Documentos-chave:

Livro Branco sobre Crescimento, Competitividade e Emprego (1993)
Livro Branco sobre a Política Social Europeia (1994)
Conclusões da Presidência - Conselho Europeu de Lisboa (2000)
Agenda Social Europeia (2000)

ANÁLISE ESTRATÉGICA GLOBAL

Enquadramento Inicial

- Como se poderá definir, hoje, a Acção Social portuguesa?
- O que a caracteriza do ponto de vista problemático?
- Qual é a sua definição teórica e a sua problemática científica?
- Qual é o seu campo empírico e onde se situam as suas fronteiras com as outras políticas sociais?

A fragilidade da cobertura da Segurança Social dá um papel mais significativo à Acção Social mas há dificuldade em situar o seu nó problemático pois, em larga medida, a sua definição e acção acciona um sem número de problemáticas de grande complexidade.

Mas esta reflexão é indispensável, pois uma das maiores críticas à Acção Social é ser um “poço sem fundo” um “buraco negro”, um “terreno baldio” indefinido, sem estruturação problemática, sem fronteiras com as outras políticas sociais e feita de restos e imprecisões de campos de actuação de terceiros.

Não parece útil definir a Acção Social pela ausência: quando falha a educação, a saúde, a segurança social chega-se à assistência social. Esta é uma definição negativa da Acção Social porque a sua definição passa a ser uma negação de outras políticas e não uma definição substantiva de per si.

Proposta de definição de Acção Social para o PEAS

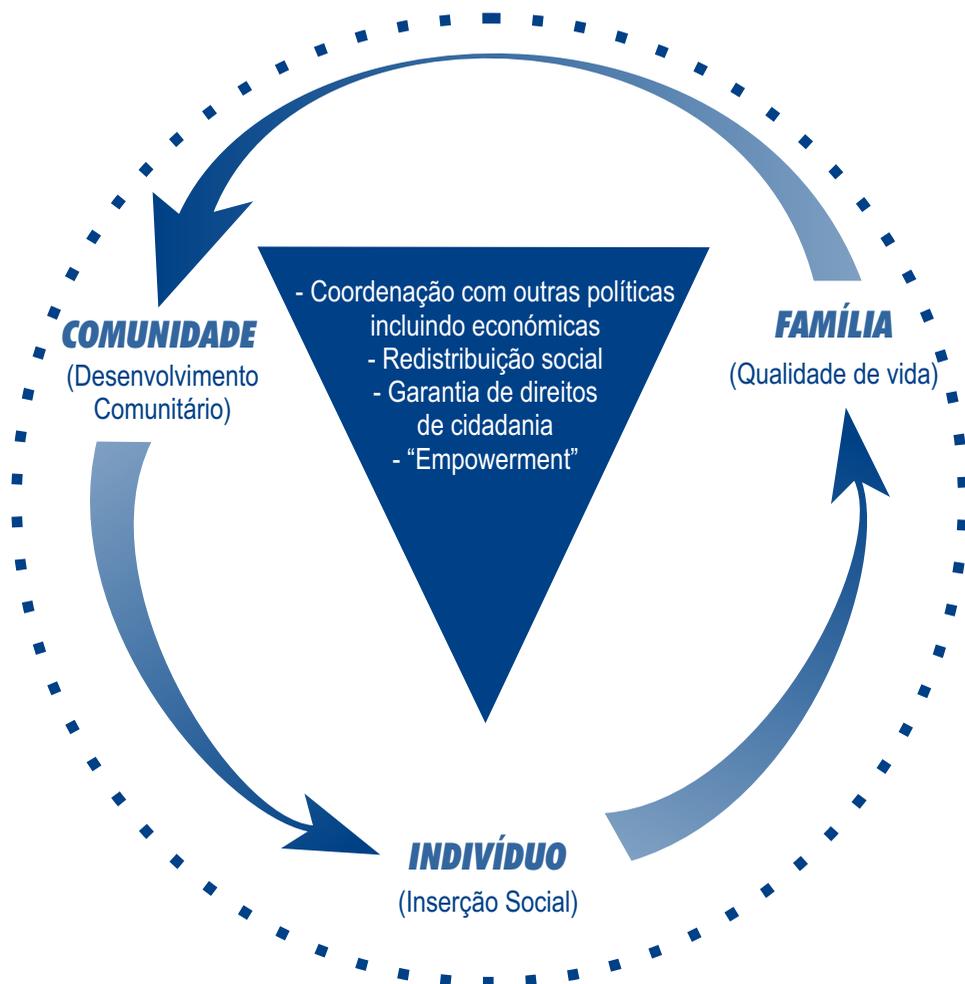
Uma retrospectiva histórica da Acção Social permite dar conta do seu papel único no contexto da protecção social portuguesa mas também identificar a sua “especificidade”. Poderemos afirmar que a Acção Social portuguesa se tem afirmado por duas vertentes essenciais:

- como um “ninho” de políticas sociais que irá permitir - com a melhoria dos sistemas de cobertura social - novas formas de protecção que se estruturarão em sistemas universais de política social
- como uma intervenção em situações de emergência e risco social

A partir da constatação destas duas competências históricas e específicas estruturadoras da Acção Social portuguesa, poderemos defini-la como um sistema integrado de protecção social, centrado nos Indivíduos, Famílias e Comunidades que visa a melhoria das condições de vida e de cidadania da população portuguesa, considerando situações de prevenção e de risco, mediante três procedimentos básicos:

- Apoio ao desenvolvimento das Comunidades Locais (integrado e sustentado), prevenindo situações de risco social, nomeadamente em regiões e contextos deprimidos
- Apoio às Famílias garantindo as condições de exercício do seu papel num contexto de qualidade de vida
- Participação no estabelecimento e provimento de condições sociais mínimas de inserção a indivíduos ao longo do seu ciclo de vida e em situações de risco social

Diagrama do Conteúdo Actual da Acção Social



Tensões Transversais da Acção Social em Portugal

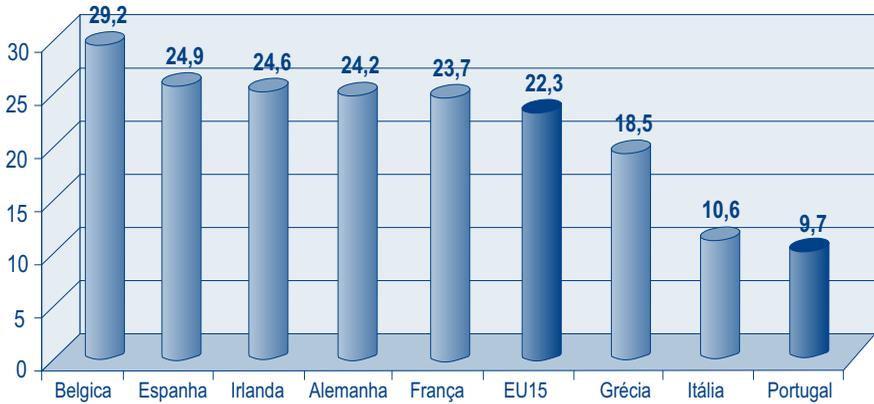
- Relação Acção Social/Sistema de Segurança Social
- Relação entre direitos e discricionariedade
- A tensão entre os públicos-alvo e as formas de acção
- A divisão social do trabalho entre público e privado
- Acção Social e outras Políticas Sociais (Saúde, Educação, Justiça, Habitação...)
- A definição dos públicos-alvo: para todos ou para os mais vulneráveis?

Síntese do Diagnóstico

Dinâmicas actuais com impactes na Acção Social

- Rápida alteração das estruturas demográficas, económicas, sociais e culturais
- Dificuldades nas dinâmicas de competitividade com impactes nos níveis salariais e nas capacidades de consumo das famílias
- Desemprego e precariedade de emprego nomeadamente ao nível dos mais novos e mulheres
- Desigualdade territorial na distribuição dos rendimentos e emprego
- Forte polarização social quando comparado com os restantes países europeus
- Pobreza acima das médias europeias
- Decréscimo significativo dos investimentos em acção social e ligeiro aumento na despesa corrente
- Aumento significativo da capacidade de cobertura nalguns equipamentos
- Grande vontade de parceria entre público e privado

População com nível de instrução superior (%)



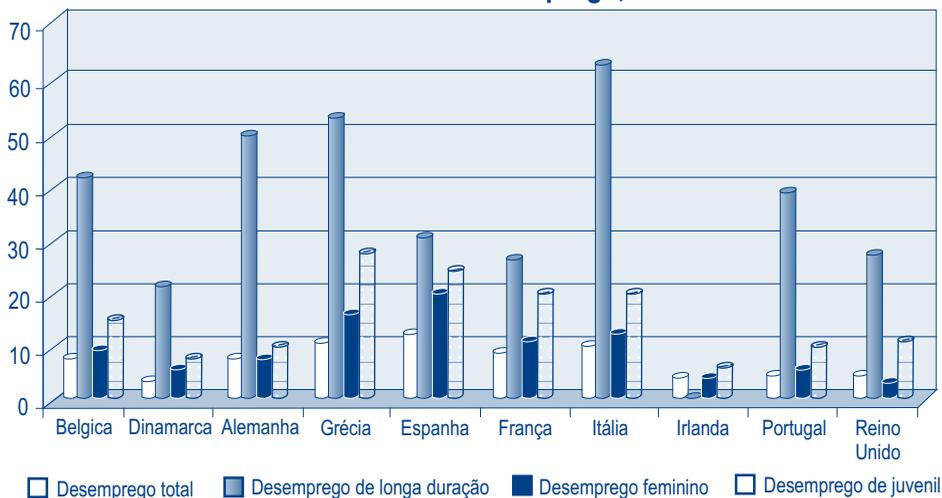
Fonte: Eurostat, 2002

Receitas médias anuais dos agregados familiares por NUTII, 2000



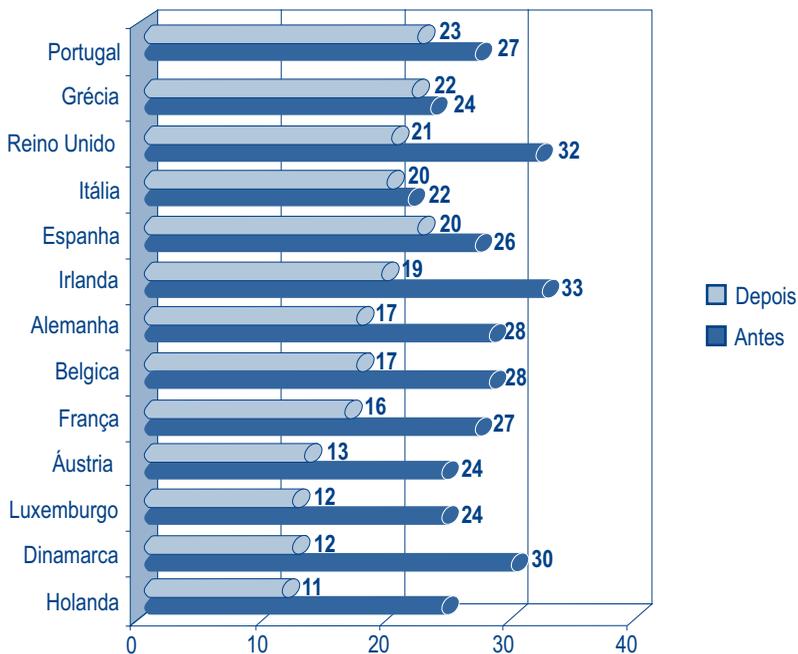
Fonte: INE Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000

1ª Características de desemprego, 2001



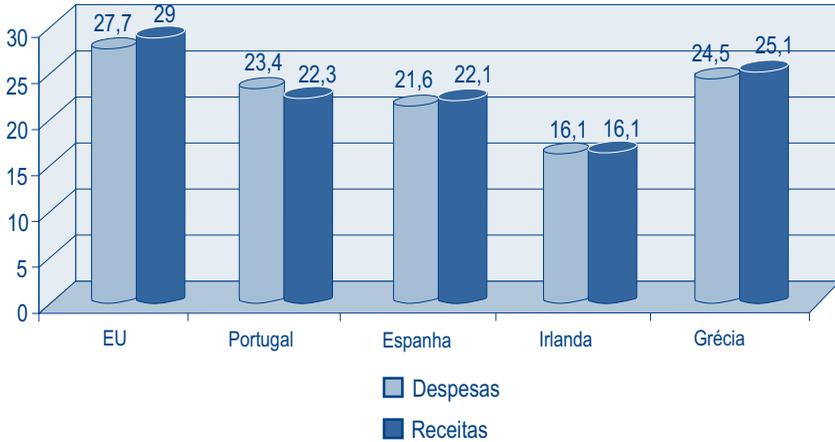
Fonte: Eurostat, 2002

Taxa de Pobreza da UE antes e depois das transferências sociais, 1995 (em % do total de população)



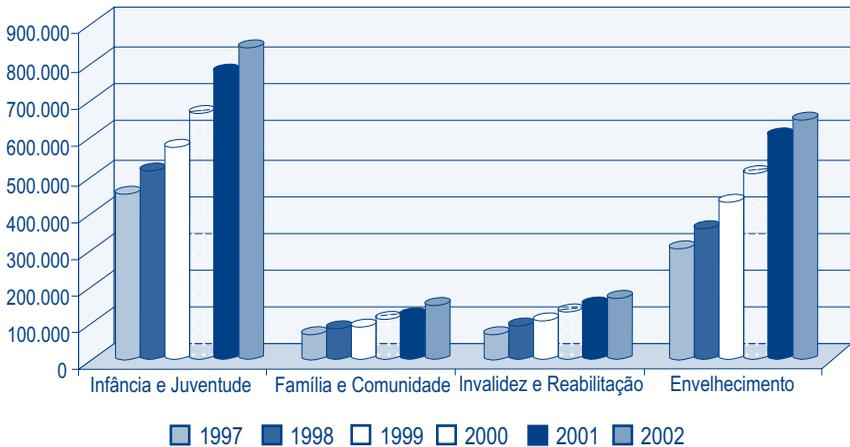
Fonte: Eurostat, 2002

Relação entre Despesas e Receitas em Protecção Social (em percentagem do PIB), 1998



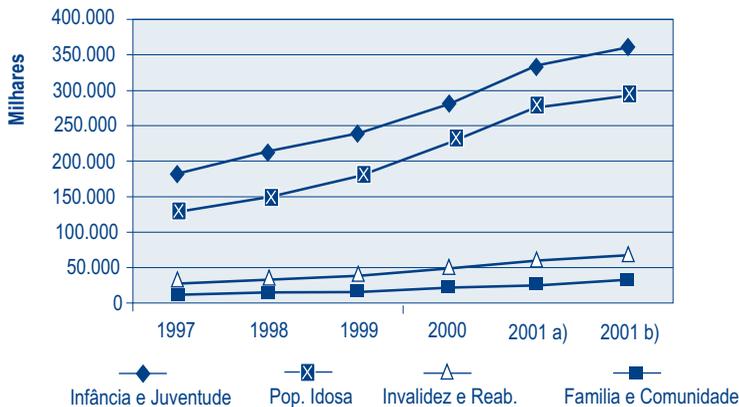
Fonte: Acção Social em Números

Evolução dos indicadores de financiamento das respostas sociais por áreas de intervenção (em milhares de euros)



Fonte: Acção Social em Números

Despesas em Acordos de Cooperação por áreas de intervenção (em milhares de Euros)

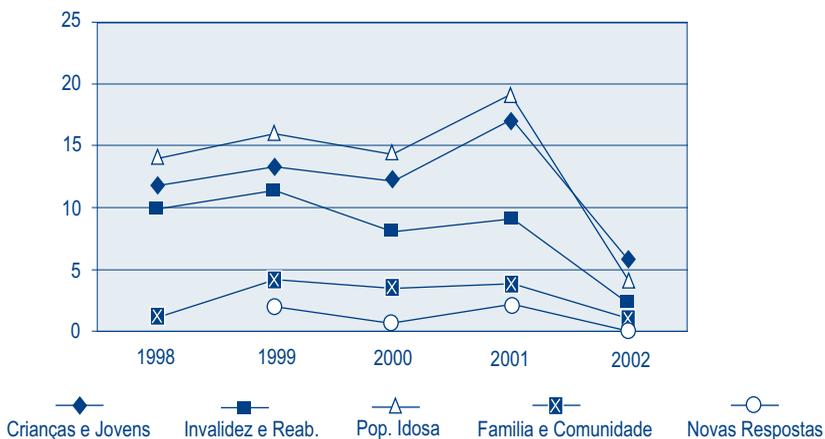


Fonte: I.G.F.S.S. - Conta da S.S. 1997 a 2000. Inclui verbas atribuídas ao IGSS e ao Centro Nacional de Proteção contra os Riscos Profissionais

Notas:

- a) OSS/2001 (dados provisórios do Continente);
- b) Previsão baseada no OSS/2001 com imputação a 2002

Evolução nominal do Investimento por áreas de intervenção (PIDDAC não co-financiado) em milhões de Euros



Fonte: DEPP-PIDDAC, Relatórios de Execução

Debilidades/Potencialidades

Debilidades	Potencialidades
<ul style="list-style-type: none"> ■ Falta de clarificação da “missão” da Acção Social e das suas fronteiras com os sistemas de protecção social envolventes ■ Dificuldades na actual visualização, estruturação e coordenação da Acção Social e na relação entre o nível central e local ■ Deficiência ou mesmo ausência de planeamento, orientações normativas e avaliação da acção ■ Alargamento rápido da rede de equipamentos em quantidade, mais do que em qualidade, sem estudos prévios de necessidades de implementação, de custos e com pouca clareza na relação público-privado 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Existência de profundo conhecimento das bases locais de intervenção e profundo enraizamento nas redes locais de técnicos ■ Reforço do trabalho em parceria, com alargamento aos parceiros privados e públicos e consequente melhor aproveitamento dos recursos e eficácia das respostas ■ Experiência de trabalho alargado com instituições e meios sociais comunitários

Oportunidades/Ameaças

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ■ Sentido de responsabilidade e disponibilidade das IPSS para participar na co-produção de políticas públicas ■ Existência de uma estrutura descentralizada com experiência de trabalho e disponível 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Crise financeira do sistema de Acção Social com diminuição das respostas e /ou desvalorização do seu papel ■ Agravamento da situação social e do emprego com empobrecimento das famílias e problemas de inserção dos imigrantes ■ Aumento de responsabilidade das respostas da Acção Social sem novos contributos em recursos humanos e materiais

Missão

Reestruturação e Adequação da Acção Social à novas dinâmicas sociais

Horizonte

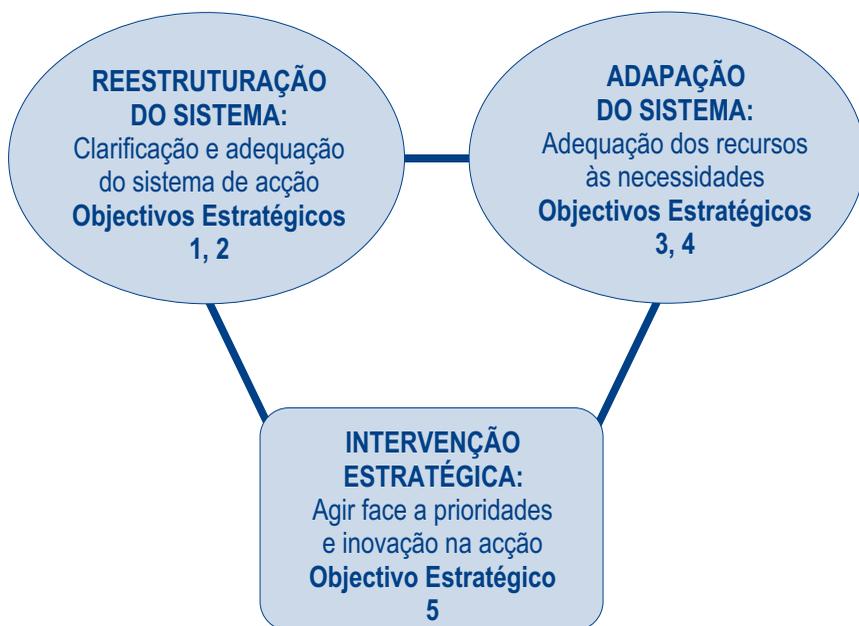
2004-2008

Estratégias: REESTRUTURAÇÃO, ADEQUAÇÃO E INOVAÇÃO

- Fomento de uma visibilidade positiva através da clarificação dos objetivos, estratégias e interfaces da Acção Social
- Melhor adequação das respostas às necessidades, melhoria da eficácia na utilização dos recursos e no funcionamento dos Serviços da Acção Social, bem como na preparação dos quadros de decisão ou técnicos para o próximo quinquénio
- Desenvolvimento de uma acção pautada pela resposta às necessidades mais urgentes sedimentadas através de um conhecimento de base científica e técnica e despistagem e desenvolvimento de respostas antecipadas, qualificadas e inovadoras em sectores de grande vulnerabilidade
- Reforço dos laços com a “sociedade civil” nomeadamente apoiando a co-produção de políticas, programas e prestação de serviços com as redes de associações de solidariedade social e privadas

REESTRUTURAÇÃO, ADEQUAÇÃO E INOVAÇÃO

Eixos Estratégicos para 2004/ 2008



Objectivos Estratégicos: Programas e Produtos

Objectivo Estratégico 1	Produtos
<p>Clarificar a “Missão” da Acção Social fortalecendo, partilhando e difundindo uma identidade positiva.</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Clarificação política e técnica da Missão e Competências da Acção Social, das suas fronteiras com outros sistemas e dos mecanismos de articulação a todos os níveis territoriais de intervenção, nomeadamente através da criação de um Grupo Interministerial de Integração de Políticas Sociais ■ Partilhar e difundir a identidade do Sistema de Acção Social a todos os níveis territoriais de intervenção 	<p>Criação e Funcionamento de Grupo Interministerial de Integração de Políticas Sociais no contexto do qual deverão funcionar as diferentes estruturas de coordenação previstas na Lei, nomeadamente, Conselho Consultivo para os Assuntos da Família, Conselho Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, etc.</p> <p>Catálogo de prestações técnicas e económicas que consubstanciarão o Sistema Público de Acção Social bem como de uma imagem virtual transversal a todos os níveis territoriais de intervenção</p>

Objectivos Estratégicos: Programas e Produtos

Objectivo Estratégico 2	Produtos
<p>Definição das competências e estruturas organizativas e funcionais da Acção Social para os próximos 5 anos</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Estudo detalhado das competências e necessidades orgânicas aos vários níveis da intervenção da Acção Social considerando a sua Missão e definição dos critérios – quantitativos e qualitativos - de constituição das respectivas equipas ■ Organização de um Sistema de Supervisão com base em protocolos e parcerias com as universidades regionais ■ Organização, através do serviço competente, de um Plano de Formação e de actualização sistemáticas para o sistema, instituições parceiras e voluntariado ■ Criação, em cada sub-região, de um Centro de Voluntariado com alguma autonomia de organização e de serviços 	<p>Instrumento legal definidor das competências da Acção Social aos vários níveis e respectivas formas organizativas e funcionais</p> <p>Instrumento de análise das necessidades quantitativas e qualitativas de pessoal e programa de reequilíbrio na distribuição de pessoal</p> <p>Estabelecimento de Plano de Formação Anual</p> <p>Estabelecimento e funcionamento de um sistema de supervisão experimental em 6 distritos marcadamente heterogéneos e sua avaliação em meados do período (2006) para progressivo alargamento</p> <p>Centros de Voluntariado Social em todos os distritos e integração de voluntários no trabalho da Acção Social (ver metas no PNAI 2)</p>

Objectivos Estratégicos: Programas e Produtos

Objectivo Estratégico 3	Produtos
<p>Regular as formas de financiamento, clarificando competências dos sectores público e privado, imprimindo maior rigor e transparência ao sistema e estabelecendo formas de fiscalizar a sua concretização</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Criação de um grupo de trabalho com representação das instituições privadas para estudar e definir competências e responsabilidades públicas e privadas e redefinir formas de financiamento ■ Compilação, organização, análise, actualização e difusão da informação disponível em matéria de Acção Social ■ Revisão dos protocolos com as instituições privadas e formalização de novos protocolos com a clarificação da qualidade e obrigações de ambos os lados ■ Organização de canais de partilha e difusão da informação bem como de recepção de contributos vários ■ Montagem e programação de um serviço de acompanhamento e monitorização da qualidade dos serviços, promovendo a difusão de boas práticas relativas a formas de intervenção 	<p>Estudo económico de custo médio /utente por referência às várias respostas sociais, nas instituições particulares de solidariedade social , em estabelecimentos públicos e privados</p> <p>Instrumento legal definidor de protocolos de colaboração com IPSS, clarificando responsabilidades públicas e privadas</p> <p>Atribuição anual de Prémios de Qualidade a IPSS, estabelecimentos públicos e privados</p> <p>Criação de site na NET, de fácil consulta e informação recíproca e interactiva sobre as respostas da Acção Social</p>

Objectivos Estratégicos: Programas e Produtos

Objectivo Estratégico 4	Produtos
<p>Racionalizar a organização e desenvolvimento da intervenção da Acção Social através de uma metodologia de planeamento</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Organização e implementação de uma estrutura de planeamento integrado e de avaliação aos vários níveis de intervenção – nacional, distrital e municipal ■ Elaboração de Planos Locais de Acção Social inseridos na lógica de funcionamento da Rede Social, estruturantes da intervenção porque fundamentados numa análise aprofundada das necessidades sociais ■ Estabelecimento progressivo de um sistema de monitorização e avaliação a todos os níveis do sistema de Acção Social 	<p>Dotar cada distrito de uma estrutura mínima de Planeamento e Avaliação da Intervenção da Acção Social em estreita colaboração com o Observatório da Acção Social</p> <p>Planos Locais de Acção Social para cada 2 anos, de base científica (fundamentados) e participados (utilizando a estrutura dos Planos de Desenvolvimento Social da Rede Social)</p> <p>Informatização da Acção Social</p>

Objectivos Estratégicos: Programas e Produtos

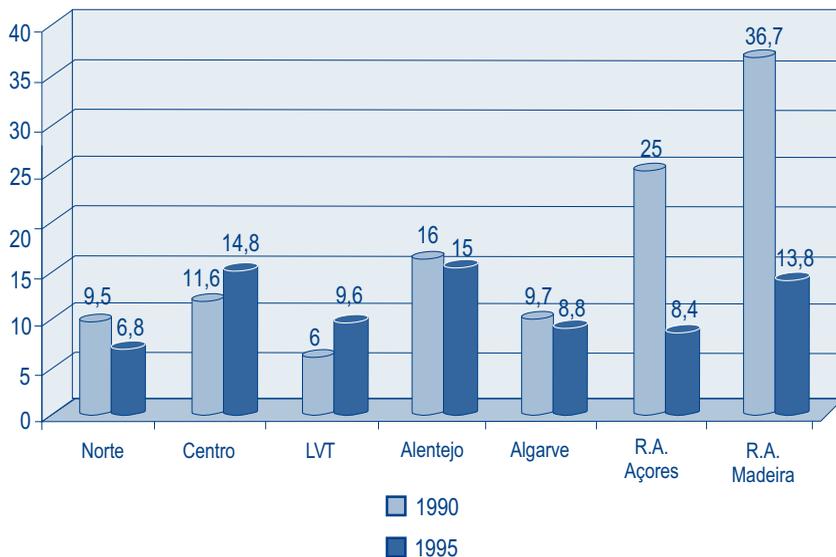
Objectivo Estratégico 5	Produtos
<p>Promover respostas com base na prevenção de riscos sociais (anticipação estratégica) e orientadas para o aperfeiçoamento das respostas correntes (inovação)</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Criação e montagem de um “Observatório da Acção Social” ■ Valorização dos resultados (avaliação e meta-avaliação) de programas experimentais de iniciativa nacional e europeia relevantes ■ Implementação do aperfeiçoamento das respostas públicas no domínio da Acção Social com base nas lições estratégicas que possam ser recolhidas da acção experimental ocorrida (inovação) 	<p>Registo, compilação, organização e análise sistemática da informação relativa às várias respostas sociais</p> <p>Funcionamento e relatórios do Observatório da Acção Social</p> <p>Alargamento e disseminação de serviços e programas de intervenção precoce, seja na área da deficiência seja na área da família e crianças</p> <p>Implementação dos Planos Gerontológicos e sua avaliação</p> <p>Criação de um Grupo de Missão para preparação do aperfeiçoamento das respostas públicas e divulgação detalhada e escrita até 2008 de experiência de disseminação de novas práticas</p>

ANÁLISE ESTRATÉGICA: INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

Síntese do Diagnóstico

- Persistência da pobreza e concentração da mesma em determinados territórios
- Desigual distribuição do acesso aos bens e serviços, intra e inter meios urbanos e meios rurais
- Desertificação e raridade de emprego em zonas rurais empobrecidas
- Íntima articulação entre pobreza, qualificações e emprego
- Íntima articulação entre desenvolvimento social e desenvolvimento económico

Incidência da pobreza em percentagem do total de agregados



Fonte: Carlos Rodrigues, 1998, Income distribution and poverty in Portugal (1994/95)

Enquadramento do Sistema

PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA NACIONAIS

- Programa de Luta Contra a Pobreza
- Programa Rede Social Programa para a Inclusão para o Desenvolvimento - PROGRIDE

OUTROS PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO DE ORIGEM UE

- Iniciativa Comunitária URBAN
- Iniciativa Comunitária EQUAL
- Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social

ESTRUTURAS DE PARTENARIADO E DE COORDENAÇÃO DA INTERVENÇÃO

- Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo
- Núcleos Locais do Rendimento Social de Inserção
- Conselho Local de Acção Social (CLAS da Rede Social)

OUTROS DOCUMENTOS DE ENQUADRAMENTO

- Plano Nacional de Emprego (PNE)
- Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI)

Debilidades / Potencialidades

Debilidades	Potencialidades
<ul style="list-style-type: none"> ■ As fragilidades ao nível do pessoal (contratualização, preparação, permanência, etc) ■ Dificuldades em dinamizar e mobilizar os parceiros em torno de um objectivo comum ■ Ausência de avaliação ■ Os projectos surgem no seguimento da lógica de funcionamento das instituições e não partem da identificação de necessidades mediante a realização de diagnósticos locais ■ Dificuldade efectiva de trabalho coordenado com vista ao desenvolvimento de objectivos comuns numa lógica concertada de intervenção social 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Forte dinâmica de intervenção local ■ Instrumentos legais vários para fundamentar a intervenção (Rendimento Social de Inserção com os seus Núcleos Locais de Inserção, as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens bem como, mais recentemente, os Conselhos Locais de Acção Social) ■ Maior consciencialização dos actores sobre a importância de uma intervenção junto das populações mais desfavorecidas revelando-se, com mais clareza, a transversalidade da Acção Social ■ Emergência de novos parceiros “não tradicionais”, como sejam as Associações de Desenvolvimento Local (pelo menos em algumas regiões do país) e as Autarquias (na Rede Social) ■ Alguns dos projectos desenvolvidos têm sido palco de ensaio de experiências inovadoras, quer do ponto de vista metodológico, quer das respostas e soluções encontradas ■ Estes programas, projectos e estruturas locais têm promovido um melhor conhecimento da realidade local e contribuído para criar uma certa ética profissional. Têm sido um terreno de formação e de aprendizagem.

Oportunidades/Ameaças

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">■ Criação de um conjunto de novas estruturas locais de articulação interinstitucional, de fomento da consolidação de parcerias e de coordenação de acções	<ul style="list-style-type: none">■ A multiplicação excessiva deste tipo de estruturas que, em vez de contribuir para o dinamismo das instituições e para uma actuação planeada e concertada, pode dar origem a uma dispersão de esforços por parte dos/as técnicos/as e para o sentimento agravado de uma actuação casuística orientada para a resposta às prioridades de cada uma destas estruturas

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Estratégias

1. Tornar a Rede Social o elemento estruturante da intervenção a nível local e distrital
2. Reforçar a dimensão de intervenção comunitária como uma dimensão de intervenção precoce equilibrando os tipos de intervenção da Acção Social

Objectivos Estratégicos: Programas e Produtos

Objectivo Estratégico 1	Produtos
<p>Promover uma dinâmica inter-concelhia de carácter permanente ao nível da Rede Social</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Criação de Conselhos Distritais para a Rede Social 	<p>Criação e funcionamento de 18 Conselhos Distritais para a Rede Social</p> <p>Garantir a implementação do PROGRIDE</p>

Objectivo Estratégico 2	Produtos
<p>Qualificar a intervenção social de base territorial</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Prosseguir na implementação de uma metodologia de planeamento através do alargamento dos concelhos com adesão à Rede Social ■ Prosseguir na formação dirigida a actores sociais envolvidos nos Conselhos Locais de Acção Social e nas Comissões Sociais de Freguesia ■ Participar activamente nos projectos de desenvolvimento local 	<p>Elaboração de Diagnósticos Sociais e de Planos de Desenvolvimento Local</p> <p>Participação em processos de desenvolvimento local</p> <p>Acções de formação</p>

***ANÁLISE ESTRATÉGICA:
APOIO ÀS FAMÍLIAS***

SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

Estruturas Familiares em Mudança

- Queda acentuada da fecundidade e conseqüente diminuição da dimensão das famílias e presença de várias gerações
- Enfraquecimento dos laços conjugais, reflectido no acréscimo significativo do número de divórcios, na expressão relevante da coabitação (conjugalidade de facto), na dissociação entre fecundidade e conjugalidade formal e frequência da recomposição familiar
- Parcela crescente de famílias constituídas por uma única pessoa (17,3%) e das famílias monoparentais (7,5%)
- Aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E MOBILIDADES

- Acentuação e diversificação dos fenómenos migratórios
- Alargamento dos locais de fixação de imigrantes

FAMÍLIAS, INDIVÍDUOS E POBREZA

- Persistência da pobreza entre as famílias portuguesas

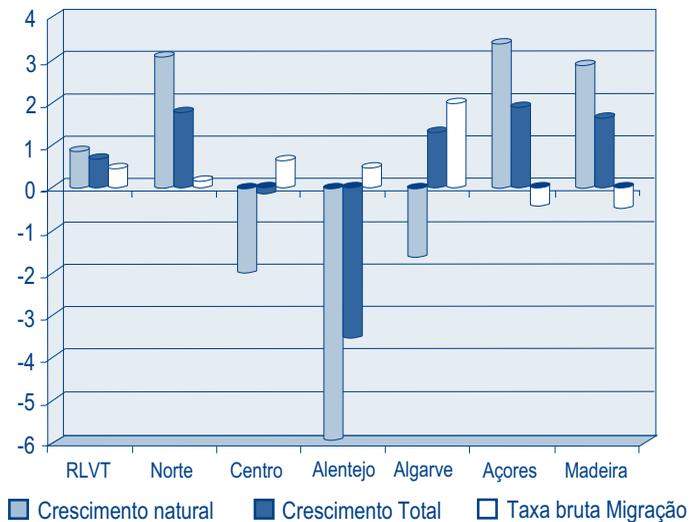
EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA

- Melhoria significativa das condições globais de qualidade de vida
- Aumento do endividamento

AO NÍVEL DAS RESPOSTAS

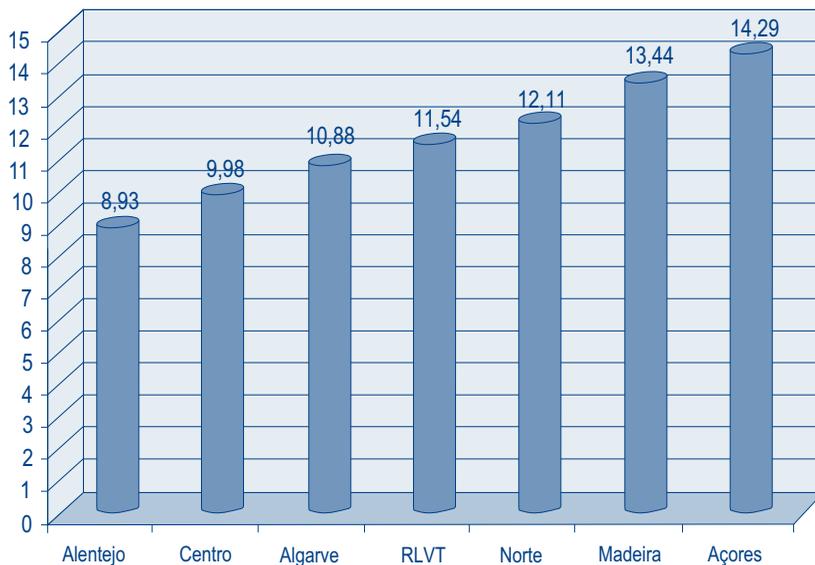
- Aumento do número de utentes e de problemáticas sem aumento de técnicos e outros recursos
- Impossibilidade de acompanhamento de situações consideradas graves e de conhecimento dos recursos
- Diminuição e escassez das respostas e dos subsídios eventuais
- Lacunas nas respostas actuais em equipamentos sociais mas também face a outros recursos nomeadamente habitação e saúde
- Inexistência de avaliação e supervisão

Crescimento natural, total e taxa bruta migratória



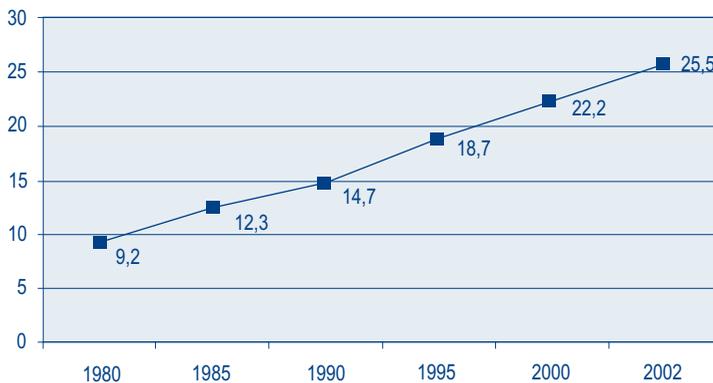
Fonte: Eurostat, 2002

Taxa de natalidade por regiões, 2002



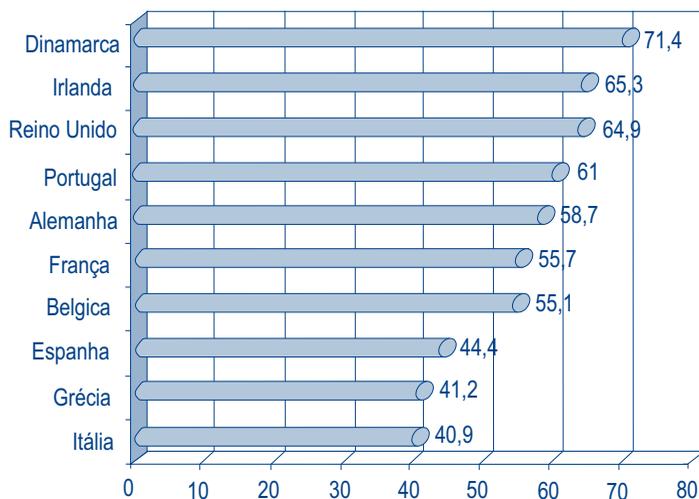
Fonte: Eurostat, 2002

Evolução da percentagem de filhos nascidos fora do casamento, 1980 a 2002



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Taxa de actividade Feminina, 2002



Fonte: Eurostat, 2002

Taxas de pobreza e de persistência de pobreza entre grupos da população e diferenças entre população geral e população pobre, de acordo com a tipologia sociológica dos agregados

	1996			1997		
	Taxa	Pobres	Geral	Taxa	Persist.	Geral
Uma pessoa com idade de 65 anos ou mais	53,4	6,6	2,9	40,1	8,8	3,1
Uma pessoa com idade inferior a 64 anos	29,0	1,8	1,5	12,7	1,3	1,4

Fonte: Parente, P. e Bago d'Uva, T. (2002)

	1997					
	Pobreza			Persistência de pobreza		
	Taxa	Pobres	Geral	Taxa	%Persist.	% Geral
Uma pessoa com idade de 65 anos ou mais	53,4	6,6	2,9	40,1	8,8	3,1
Uma pessoa com idade inferior a 64 anos	29,0	1,8	1,5	12,7	1,3	1,4
Pais solteiros com 1 ou mais crianças (idade inferior a 16)	45,8	1,7	0,9	19,7	1,3	1,0
Pais solteiros com uma ou mais crianças (uma com idade superior a 16)	34,1	8,9	6,2	18,3	8,3	6,4
Casal sem filhos (com pelo menos 1 pessoa com idade de 65 anos ou mais)	41,3	11,9	6,8	30,0	15,9	7,4
Casal sem filhos (ambos com idade inferior a 65)	17,4	4,2	5,7	11,5	4,1	5,0
Casal com um filho (com idade inferior a 16)	7,2	2,9	9,4	1,7	1,1	9,1
Casal com duas crianças (todas as crianças de idade inferior a 16)	11,4	5,3	11,0	7,1	5,4	10,6
Casal com 3 crianças (todas as crianças de idade inferior a 16)	57,2	7,8	3,2	39,3	9,2	3,3
Casal com mais do que uma criança (com pelo menos uma de idade superior a 16)	16,0	22,0	32,5	6,7	16,5	34,2
Outro tipo de agregado familiar	32,1	26,9	19,8	20,9	28,1	18,8
Total	-	100,0	100,0	14,0	100,0	100,0

Fonte: Parente, P. e Bago d'Uva, T. (2002)

Enquadramento do Sistema

DOCUMENTOS PROGRAMÁTICOS

- Programa do XV Governo
- Grandes Opções do Plano, 2003
- Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2003-2005.

ÓRGÃOS: Coordenador dos Assuntos de família

Conselho Consultivo de Assuntos de Família

Observatório para os Assuntos de Família (2003)

SERVIÇOS: Atendimento/Acompanhamento Social

Centro Comunitário

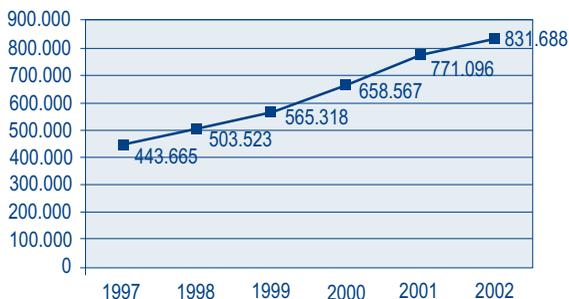
Centro de Alojamento Temporário

Comunidades de Inserção

Colónias de Férias

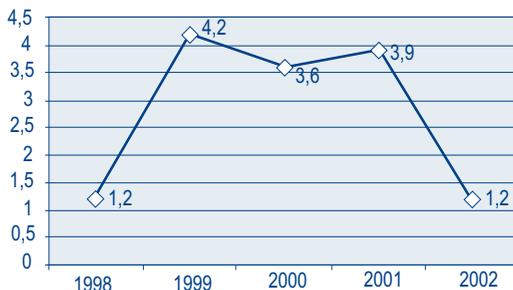
Casas de Abrigo

Evolução dos indicadores de financiamento das respostas sociais na área Família (em milhares de euros)



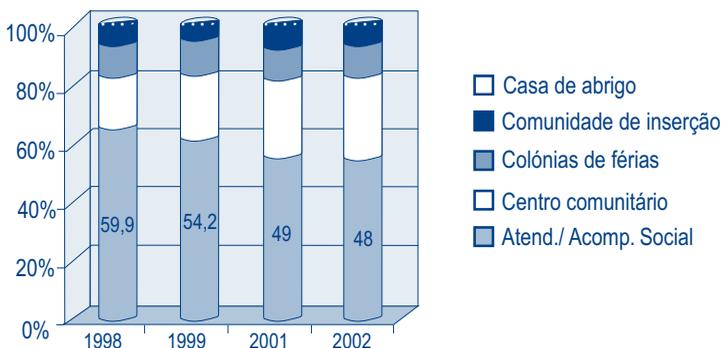
Fonte quadro 1: DGSSS. Acção Social em Números 2001/2002

Financiamento para Investimento - Evolução Nominal do Investimento na área da Família (milhões de euros)



Fonte quadro 2: DEPP-PIDDAC, Relatórios de Execução Anual

Distribuição percentual das respostas destinadas à família por tipo de resposta entre 1998 e 2002



Fonte quadro 3: A partir da Carta Social 2002

Debilidades

Político-Institucionais	Serviços e Equipamentos
<ul style="list-style-type: none"> ■ Deficit ao nível do conhecimento da realidade familiar em Portugal ■ Falta de integração e de enquadramento da intervenção da Acção Social junto das famílias ■ Hiato entre as orientações políticas e a realidade das famílias 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Inexistência de instrumentos de contextualização, e debilidade dos processo de análise e avaliação de respostas ■ Descoincidência entre a distribuição territorial de bens e serviços e a necessidade efectiva de respostas ■ A falta de uma cultura de cidadania quer nas famílias quer nas instituições ■ Lacunas ao nível da formação e integração de pessoal

Funcionamento	Programas, Projectos e Acções
<ul style="list-style-type: none"> ■ Falta de agilidade, rapidez na intervenção à escala local da Acção Social ■ Debilidade do movimento associativo de e para as famílias 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Escassez de uma abordagem global e integrada ■ Baixas dotações financeiras ■ Persistência da discricionaridade ■ Deficit na capacidade de inserção da Acção Social

Potencialidades

- Enorme o acervo de informação que localmente é conhecida pelos técnicos da acção social
- Centralidade e visibilidade da questão familiar nas actuais orientações políticas
- Constituição de três entidades complementares que personificam a necessidade de uma actuação transversal junto das famílias
- Natureza inovadora da actuação de algumas entidades particulares
- Tendência para a contratualização.

Oportunidades/Ameaças

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ■ Observatório da Família ■ Informatização do Sistema de Acção Social ■ Elaboração do Plano Nacional de Apoio à Família ■ Reforço da dinâmica de parceria e do trabalho integrado por redes sociais ■ Maior responsabilidade das IPSS 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Regressão do trabalho por falta de recursos ■ Manutenção da ambiguidade na relação com as IPSS ■ Visão prática e sectorizada da política da família e desarticulação entre as 3 entidades criadas ■ Visão sectorizada também ao nível local conjugada com trabalho casuístico e sem enquadramento em planos de intervenção local ■ Deterioração do sistema económico e social com forte impacte na qualidade de vida das famílias

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Estratégias

1. Melhorar a clarificação da Política da Família ao nível da Segurança Social e a coordenação ao nível distrital e concelhio das instituições orientadas para as situações de exclusão social
2. Promover uma coordenação institucional ao nível distrital e concelhio, de instituições e serviços com intervenção noutras áreas de protecção à família e muito especialmente ao nível da habitação e saúde
3. Dignificar os Programas de Inserção tornando-os um instrumento efectivo de diálogo e debate sobre a inserção entre a família (e os seus membros) e os serviços
4. Alargar o papel dos equipamentos sociais de apoio às crianças e jovens desenvolvendo funções várias de suporte às famílias
5. Garantir mínimos de sobrevivência económica e condições de bem-estar a todas as famílias (e seus membros)
6. Sensibilizar a comunidade em geral e o meio empresarial em especial para a inclusão das pessoas com percursos de inserção difíceis

Objectivos Estratégicos: Programas e Produtos

Objectivo Estratégico 1	Produtos
<p>Clarificar o lugar das famílias no seio da Acção Social e reorganizar e capacitar a própria administração para a intervenção junto das famílias</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Organização de um sistema de informação ordenado e coerente ■ Qualificação da intervenção ■ Sensibilização social e fomento do voluntariado 	<p>Sistema de informação integrado no Observatório da Acção Social</p> <p>Acções de formação</p> <p>Disseminação de metodologias de intervenção de apoio a indivíduos e famílias</p> <p>Organização dos Centros de Voluntariado</p>

Objectivo Estratégico 2	Produtos
<p>Estruturar o Apoio à família a partir de duas âncoras-chave: o Rendimento Social de Inserção e os equipamentos sociais existentes</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Reforço da metodologia subjacente à elaboração dos programas de inserção ■ Criação de centros/ serviços de apoio familiar no equipamento existente 	<p>CrITÉRIOS para a Identificação de prioridades de intervenção</p> <p>Ensaio de uma tipologia de acompanhamento familiar</p> <p>Serviços de apoio e consultoria à vida familiar</p>

Objectivos Estratégicos: Programas e Produtos

Objectivo Estratégico 3	Produtos
<p>Fomentar o Atendimento Integrado com a presença obrigatória de alguns dos serviços fundamentais , nomeadamente os que se referem à integração no mercado de trabalho e qualificação profissional</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Avaliar e disseminar as experiências de atendimento integrado de nível local ■ Proporcionar informação, orientação e aconselhamento especializado ■ Apoiar a qualificação profissional de pessoas em situação de risco de exclusão e promover iniciativas de auto-emprego ou de criação de iniciativas empresariais ■ Sensibilizar e formar o tecido produtivo local para a inserção de pessoas com menores recursos sociais, culturais, físicos ou mentais 	<p>Criação de Centros de Atendimento Integrado</p> <p>Brochura de Boas Práticas ao nível do Atendimento Integrado</p>

Objectivos Estratégicos: Programas e Produtos

Objectivo Estratégico 4	Produtos
<p>Prevenir os riscos de exclusão actuando face a situações de maior risco e vulnerabilidade num contexto de solidariedade social e de apoio do voluntariado</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Organização dos serviços para apoio económico atempado às famílias com dificuldades ■ Ensaiar formas individuais e colectivas de formação orientadas para grupos específicos ■ Fomentar o associativismo e os grupos de auto-ajuda 	<p>Critérios nacionais para atribuição de subsídios eventuais</p> <p>Criação de respostas específicas para acompanhamento e formação na área do desenvolvimento pessoal e social</p> <p>Criação de Associações de Utentes</p> <p>Criação de Grupos de Voluntários</p>

Objectivo Estratégico 5	Produtos
<p>Promover a inserção de grupos sociais em situação de discriminação mais notória</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Aumentar as possibilidades e capacidades de inserção dos grupos ciganos ■ Aumentar as capacidades de inserção dos imigrantes 	<p>Programas específicos dirigidos a grupos étnicos e a imigrantes</p>

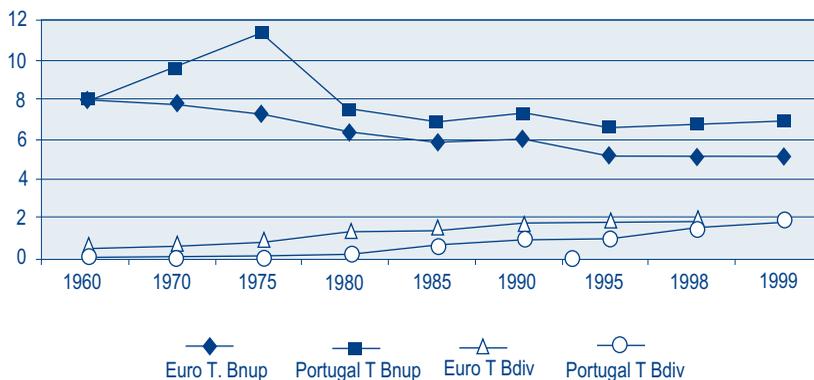
***ANÁLISE ESTRATÉGICA:
APOIO AO SUJEITO
PROTECÇÃO À INFÂNCIA E JUVENTUDE***

SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

PROTECÇÃO À INFÂNCIA E JUVENTUDE

- Fragmentação e diversificação do tipo de famílias e das formas de integração das crianças e jovens
- Alterações nas formas de vivência familiar (dimensão, casamentos, divórcios, etc)
- Alteração do lugar da criança na sociedade e na família
- Aumento das taxas de actividade feminina e das necessidades de lugares de ocupação e protecção de crianças e jovens

Taxa bruta de nupcialidade e de divórcio, Europa dos 15 e Portugal (1960-1999)



Fonte: Eurostat, 2002

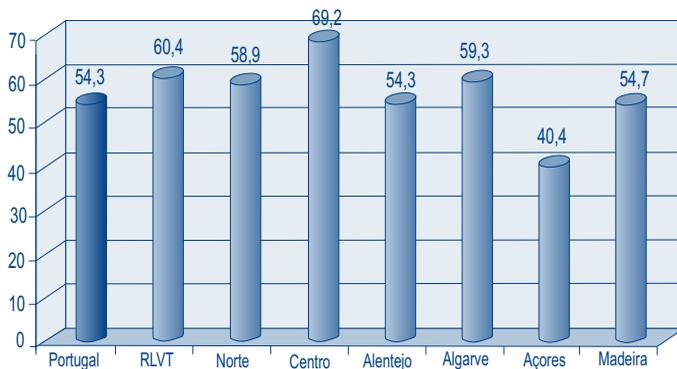
Tipo de Famílias em Portugal, 1991 e 2001

Tipo de Famílias	Total de famílias 1991	Total de famílias 2001	% de famílias 1991	% de famílias 2001
Portugal	3141560	3.650.757	100	100
Pessoas sós entre 15-65 anos	191232	310633	6.1	8,5
Pessoas sós de 65 e mais	241264	321054	7.7	8,8
Total de pessoas sós	432496	631687	13.7	17,3
Famílias: Monoparentais Masc. (1)	4472	22705	0.1	0,4
Famílias monoparentais Femininas. (1)	40014	156034	1.3	3,4
Total de Famílias Monoparent. (1)	44486	178739	1,4	3,8
Adultos sem crianças	769719	805348	24.5	-
Casais com crianças menores de 15 anos	711853	1334140	22.7	32,4

(1) Famílias com crianças menores de 15 anos

Fonte: XII Recenseamento Geral da População, INE, 1991; XIII Recenseamento Geral da População, INE, 2001

Taxa de actividade feminina por regiões, 2000



Fonte: Eurostat, 2002

Abandono escolar(%) (*) 2001



Continente (Nut III)

Legenda

- 1,4 a 2,3
- 2,4 a 3,3
- 3,4 a 4,3
- 4,4 a 5,3
- 5,4 a 6,3

Continente - 2,7

Fonte: INE - Censo 2001

DSEPE/DAPP
25/2003

(*) Total de indivíduos, no momento censitário, com 10-15 anos que não têm o 3º ciclo completo e não se encontram a frequentar a escola em relação ao total de indivíduos com 10-15 anos no momento censitário

Enquadramento do Sistema

DOCUMENTOS PROGRAMÁTICOS

- Convenção dos Direitos da Criança (1989)
- Constituição da República Portuguesa (artigo 69^a e artigo 70^o)
- Lei de Bases da Segurança Social (Lei n.º 32//2002, de 20 de Dezembro)
- Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147 //99 de 1 de Setembro)
- Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil
- Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI)
- Carta Social Europeia revista

ÓRGÃOS: Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco
Comissões de Protecção de Crianças e Jovens
Centros Distritais de Solidariedade e Segurança Social

SERVIÇOS:

Crianças e Jovens em Geral

- Ama
- Creche familiar
- Creche
- Centro de Actividades de Tempos Livres (ATL)

SERVIÇOS:

Crianças e Jovens em Perigo

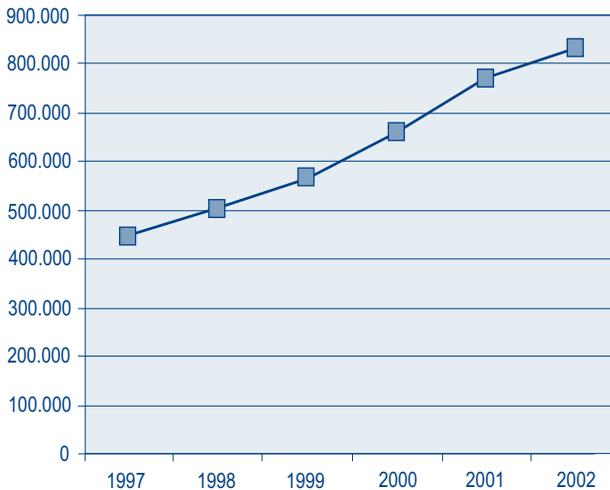
- Lar para Crianças e Jovens
- Casa de Acolhimento Temporário – CAT
- Unidade de Emergência
- Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
- Acolhimento Familiar
- Adopção

PROGRAMAS E PROJECTOS

Crianças e Jovens em Geral

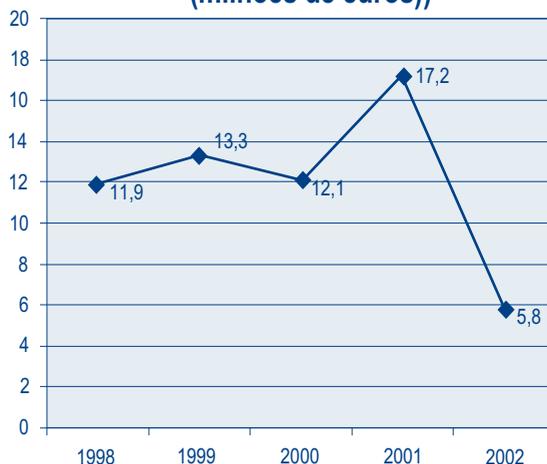
- PAPI – Programa de Apoio à Primeira Infância
- SER MAIS FAMÍLIA – Programa de Desenvolvimento de Competências Parentais
- Creche 2000
- Modelo Experimental de Financiamento Centrado na Família para Acesso a Equipamentos
- Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar
- Programa Ser Criança
- PAFAC – Projecto de Apoio à Família e à Criança
- Nascer Cidadão
- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº147/ 99 de 1 de Setembro)

Evolução dos indicadores de financiamento das respostas sociais na área da Infância e Juventude (em milhares de euros)



Fonte: DGSSS. Acção Social em Números 2001/2002

Financiamento para Investimento - Evolução Nominal do Investimento na área da Infância e Juventude (milhões de euros)



Fonte: DEPP-PIDDAC, Relatórios de Execução Anual

Debilidades / Potencialidades

Debilidades	Potencialidades
<ul style="list-style-type: none"> ■ Insuficiência das taxas de cobertura de equipamentos e serviços dirigidos à 1ª Infância ■ Insuficiente trabalho de prevenção ■ Lacunas ao nível da formação de pessoal ■ A invisibilidade (estratégica?) da Acção Social ■ Persistência de uma perspectiva centrada na instituição / cumprimento da medida ou programa em detrimento de uma perspectiva centrada na criação da autonomia da criança / jovem 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Maior consciencialização dos direitos da criança ■ Maior visibilidade de certas situações e maior pressão social para soluções ■ Aumento de pessoal técnico especializado

Oportunidades/Ameaças

Factores exógenos

- Aumento da concentração da população jovem e infantil nas Áreas Metropolitanas e noutros espaços do Litoral Oeste e do Algarve
- Aumento do número de crianças inseridas em famílias monoparentais
- Crescimento dos problemas decorrentes da toxicod dependência com forte impacto nas crianças e nos jovens
- Vulnerabilidade dos jovens ao desemprego e precariedade de emprego
- Persistência do fenómeno do abandono escolar precoce
- Persistência de valores sociais fortemente associados ao consumo e à exibição de bens de prestígio

Factores endógenos ao próprio sistema de Acção Social

- Aumento de acções paliativas
- Aumento do nº de crianças acolhidas em instituições
- Manutenção de modelos institucionais tradicionais nas instituições de acolhimento

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Estratégias

1. Defender a intervenção face às crianças, no sentido da criação da sua autonomia e defesa dos seus direitos. Entender os direitos das crianças, seja qual for a sua situação no contexto da vida familiar (natural ou de acolhimento) ou institucional
2. Entender a criança e o jovem numa perspectiva integrada
3. Aprofundar o conhecimento das necessidades das crianças, jovens e suas famílias diversificando, especializando e qualificando as respostas
4. Prevenir situações de risco e apoiar as famílias, em particular em contextos desfavorecidos

Objectivos Estratégicos: Programas e Produtos

Objectivo Estratégico 1	Produtos
<p>Promover uma maior coordenação das diferentes medidas dirigidas a crianças e jovens</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Criação de uma estrutura de coordenação para os assuntos da criança e do jovem no âmbito do Grupo Interministerial de Integração de Políticas Sociais (relação com o objectivo geral 1) ■ Desenvolvimento de Planos de Intervenção Local para a Infância e Juventude 	<p>Funcionamento da estrutura de coordenação para os assuntos da Criança.</p> <p>Planos de Intervenção Local para a Infância e Juventude (inserir na Rede Social em concelhos onde está implementada)</p>

Objectivos Estratégicos: Programas e Produtos

Objectivo Estratégico 2	Produtos
<p>Qualificar a Acção Social dirigida às crianças e jovens</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Realização de acções de formação periódicas dirigidas a um conjunto diversificado de actores ■ Constituição de equipas ajustadas às necessidades ■ Promoção de uma dinâmica de auto-avaliação e de supervisão técnica ■ Criação de um sistema de promoção e controlo de qualidade dos serviços que envolva os próprios utentes 	<p>Diagnóstico de Formação</p> <p>Programa de Formação</p> <p>Acções de formação contínua</p> <p>Estudo das necessidades de pessoal</p> <p>Equipas multidisciplinares</p> <p>Sistema de promoção e controlo de qualidade</p>

Objectivo Estratégico 3	Produtos
<p>Promover a inovação.</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Avaliar as experiências desenvolvidas no âmbito de projectos de intervenção ■ Reforço de uma política de estabelecimento de protocolos atípicos que favoreça uma intervenção na comunidade e na família 	<p>Boas Práticas desenvolvidas no âmbito de projectos de intervenção dirigidos a crianças e jovens.</p> <p>Protocolos atípicos a partir de uma avaliação de experiências e da obtenção de respostas integradas</p>

Objectivos Estratégicos: Programas e Produtos

Objectivo Estratégico 4	Produtos
<p>Actuar preventivamente face a situações de risco social</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Desenvolver, em contextos de desfavorecimento, acções de prevenção primária que visem melhorar a qualidade de vida da criança ■ Promover o envolvimento de associações desportivas e culturais nos Planos Locais de Intervenção para a Infância e Juventude ■ Formar “conselheiras familiares” em cada equipamento ■ Aumentar a capacidade de cobertura dos equipamentos dirigidos à 1ª Infância (de acordo com as metas do PNAI) 	<p>Acções de prevenção primária em zonas de intervenção prioritária</p> <p>Protocolos com associações locais</p> <p>Conselheiras familiares</p> <p>Novos serviços de apoio às famílias</p> <p>Novos equipamentos</p>

Objectivo Estratégico 5	Produtos
<p>Promover a visibilidade dos direitos das Crianças e Jovens</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Organização de um sistema de informação sobre a Infância e a Juventude, no âmbito do Observatório sobre a Acção Social ■ Promoção de acções de marketing social 	<p>Observatório Social / Infância e Juventude</p> <p>Campanha de marketing social</p>

***ANÁLISE ESTRATÉGICA:
APOIO AO SUJEITO
PROTECÇÃO ÀS PESSOAS IDOSAS***

Síntese do Diagnóstico

- Tendência global para o envelhecimento, marcada pelo crescimento dos mais idosos ainda que esta coorte represente apenas cerca de 9% do conjunto dos idosos (Censos 2001)
- Um interior envelhecido, apesar da maioria das pessoas idosas se concentrar no Litoral e de ser aqui que a dinâmica de crescimento é mais elevada
- Prolongamento do processo de envelhecimento com consequências ao nível da diferenciação dos cuidados
- Diferenciação do processo do envelhecimento em função da intervenção crescente de outras variáveis para além da idade (género; origem geográfica; etnia; condição perante a saúde, entre outras)
- Feminização do envelhecimento em particular no subgrupo dos mais idosos
- No total dos idosos, 12,6% apresentam alguma incapacidade, aproximando-se este valor dos 20% quando se trata dos mais idosos, sendo as incapacidades motoras e auditivas aquelas que aumentam com maior nitidez
- Relativamente ao quadro familiar, 15,2% da população idosa entre 60-75 anos e 31,8% com mais de 75 anos vive só
- A permanência de idosos em alojamento colectivo situa-se nos 1,3%, valor que aumenta progressivamente atingindo cerca de 14% no grupo dos maiores de 85 anos

% de População com 65 ou mais anos em 2001

Legenda

[11,4% a 13,2%]

[13,2% a 16,4%]

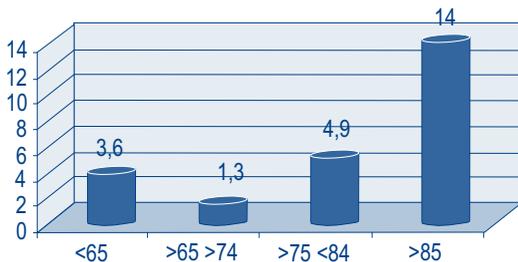
[16,4% a 24,1%]

[24,1% a 31,0%]

Média nacional: 16,4%

Fonte: Censos, 2001

Percentagem de Idosos a viver em alojamentos colectivos, 2001



Fonte: Censos, 2001

Enquadramento do Sistema

DOCUMENTOS PROGRAMÁTICOS

Internacionais

- Plano Internacional para o Envelhecimento (ONU, 2002)
- Relatório da Conferência Ministerial para o Envelhecimento (ONU, 2002)

Nacionais

- Constituição da República Portuguesa
- Lei de Bases da Segurança Social (Lei n.º 32/2002 de 20 de Dezembro)
- Programa do XV Governo Constitucional
- Grandes Opções do Plano 2003
- Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2003-2005

ÓRGÃOS

- Coordenador Nacional para os Assuntos da Família
- Conselho Consultivo para os Assuntos da Família
- Observatório para os Assuntos da Família
- DGSSS: 'Divisão de Acção Social da População Adulta'
- ISSS: 'Área Envelhecimento, Dependência e Deficiência', e 'Área Cooperação e Rede Social'

Outros:

- Instituições privadas lucrativas
- Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou equiparados
- Associações de idosos, pensionistas e reformados
- Fundação Cartão do Idoso

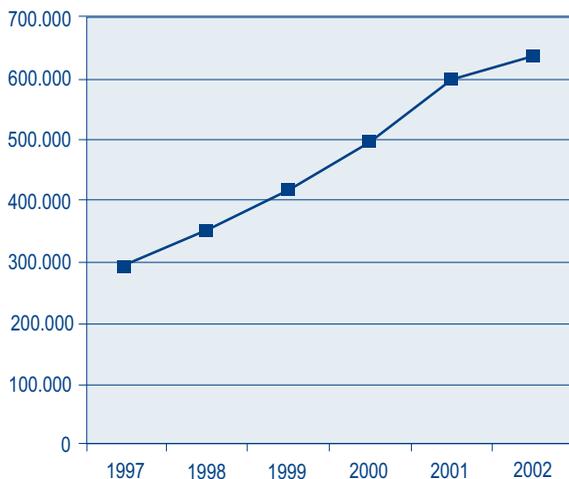
PROJECTOS MAIS SIGNIFICATIVOS

- Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII)
- Prémio Engenheiro Jaime Filipe - premiar a criatividade para a qualidade de vida e autonomia
- Plano de Auditoria Social e de Acompanhamento da Protecção de Menores, Idosos e Deficientes
- Projecto 'Recriar o futuro'

RESPOSTAS SOCIAIS

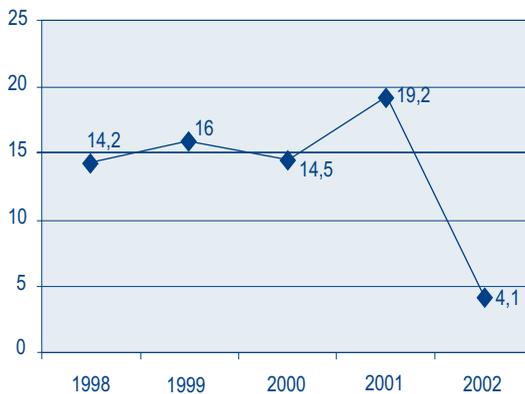
- Serviço de Apoio Domiciliário
- Centro de Dia
- Lar para Idosos
- Centro de Convívio
- Residência para Idosos
- Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos
- Centro de Noite
- Acolhimento Familiar

Evolução dos indicadores de financiamento das repostas sociais aos idosos (milhares de euros)



Fonte: DGSSS. Acção Social em Números 2001/2002

Financiamento para Investimento - Evolução Nominal do Investimento na área do Envelhecimento (milhões de euros)



Fonte: DEPP-PIDDAC, Relatórios de Execução

Debilidade/Potencialidades

Debilidades	Potencialidades
<ul style="list-style-type: none"> ■ As débeis condições sócio-económicas da população idosa, particularmente em determinados segmentos (mulheres idosas, por exemplo) ■ O isolamento e solidão que marcam pela negativa a capacidade de inserção na comunidade da população idosa ■ Fragilidade das medidas preventivas de promoção da qualidade de vida dos idosos ■ Lacunas no quadro legislativo nacional respeitante às respostas sociais ■ Inspiciência das medidas de apoio e de intervenção junto das famílias das pessoas idosas ■ Inexistência de estruturas transversais dedicadas à questão do envelhecimento enquanto tal ■ Incipiente presença do movimento associativo de e para as pessoas idosas no âmbito da Acção Social ■ Falta de articulação e integração entre os diferentes serviços intervenientes junto das pessoas idosas. ■ Dificuldades ao nível dos recursos humanos (recrutamento, formação, remuneração) ■ Insuficiência do número/ capacidade e qualidade dos serviços e equipamentos existentes para a população idosa ■ Déficit ao nível das soluções alternativas à institucionalização ■ Natureza fragmentária de alguns projectos e desequilíbrio entre a concepção e efectiva implementação dos projectos ■ Insipiente avaliação dos programas e projectos 	<ul style="list-style-type: none"> ■ A visibilidade política das questões do envelhecimento ■ A visibilidade institucional do envelhecimento no âmbito da Acção Social ■ Existência de uma rede institucional alargada, traduzida nalguns casos em exemplos de boas práticas ■ Maior sensibilização por parte das autarquias para a problemática do envelhecimento ■ Existência de experiências bastante positivas (ainda que não generalizadas), de uma intervenção integrada junto das pessoas idosas ■ O número significativo de programas e projectos nesta área

Oportunidades/Ameaças

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ■ Crescente consciência da necessidade de promover o exercício de cidadania das pessoas mais velhas, esboçando uma mudança de atitude da sociedade perante os idosos ■ Envelhecimento activo, como estratégia fundamental de prevenção de factores de risco e de inserção das pessoas idosas ■ Heterogeneidade da população idosa mostra novos actores, com recursos e necessidades que exigem novos modos de intervenção ■ O Plano Internacional para o Envelhecimento e a sua tradução regional ao nível europeu ■ Definição de um programa nacional para as pessoas idosas, previsto no Programa do XV Governo ■ A nova lei orgânica do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, pela clarificação de competências que poderá implicar nesta área ■ A orientação do sistema no sentido da (re)qualificação e segurança das respostas sociais ■ A aposta numa filosofia não institucionalizante 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Aumento continuado da taxa de envelhecimento, com um peso cada vez mais significativo do grupo dos grande idosos ■ Riscos e limitações do desenvolvimento de esquemas privados de pensões ■ Fragilidades no que respeita à definição de políticas de saúde comunitária ■ Dissolução da especificidade da problemática do envelhecimento no quadro da intervenção junto das famílias presente no actual figurino da actuação pública transversal ■ O fechamento por parte das famílias e das comunidades a soluções inovadoras nesta área ■ A redução significativa de investimento e de programas, projectos na área do envelhecimento

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Estratégias

Definem-se como estratégias para a área do envelhecimento:

1. Envolver os diferentes sectores de actuação pública numa política concertada para as questões do envelhecimento, nomeadamente na sua vertente social
2. Garantir a melhoria das respostas existentes através da reformulação dos respectivos quadros políticos, legislativos e institucionais, numa perspectiva de afirmação dos direitos de cidadania
3. Promover uma intervenção territorializada e integrada junto das pessoas idosas orientada para um enraizamento familiar e comunitário, em função das necessidades das pessoas idosas/ prioridades de intervenção
4. Encetar uma intervenção diferenciada que dê resposta às diferentes necessidades que o processo de envelhecimento produz no percurso de vida
5. Equacionar no desenho da intervenção a atenção crescente a outras variáveis fundamentais na produção da especificidade da vivência do envelhecimento (género; origem geográfica e etnia; competências, condição de saúde – deficiência, HIV, doenças crónicas incapacitantes, estados demenciais)
6. Actuar ao nível da mudança de mentalidades dos diferentes actores (pessoas idosas, decisores políticos, famílias, comunidades, instituições e equipas) como condição necessária à concretização da igualdade, da equidade e dos direitos e deveres de cidadania das pessoas idosas
7. Definir uma política de pessoal para a área da intervenção gerontológica, essencial à profissionalização da intervenção e à garantia da qualidade

Objectivos Estratégicos: Programas e Produtos

Objectivo Estratégico 1	Produtos
<p>Clarificar o lugar do envelhecimento no seio da Acção Social e reorganizar, capacitar a própria Administração para a intervenção junto das pessoas idosas</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Elaborar, no âmbito da Acção Social, o Plano Nacional de Apoio às Pessoas Idosas – 2004-2008 ■ Elaborar, no âmbito do Grupo Interministerial de Integração de Políticas Sociais, o Plano Nacional para o Envelhecimento ■ Elaborar bianualmente Planos Gerontológicos Nacionais e Locais, estes últimos no contexto da Rede Social ■ Criar em cada área geográfica uma Estrutura de Articulação de Serviços (de vários ministérios, IPSS, cooperativas, entre outros) de apoio a pessoas idosas ■ Rever o enquadramento técnico-normativo das respostas sociais para o envelhecimento ■ Organizar, no âmbito do Plano de Auditoria Social, a fiscalização, acompanhamento e monitorização das respostas existentes ■ Certificar a qualidade das instituições prestadoras de serviços de apoio a pessoas idosas ■ Definir uma política social de enquadramento das responsabilidades e direitos dos prestadores de cuidados informais ■ Constituir, a partir de protocolo com outros sectores, uma bolsa multidisciplinar de especialistas na área do envelhecimento 	<p>Plano Nacional de Apoio às Pessoas Idosas</p> <p>Plano Nacional para o Envelhecimento</p> <p>Planos Gerontológicos Nacionais e Locais bianuais</p> <p>Estrutura de coordenação distrital das Redes Sociais</p> <p>Legislação relativa a respostas actualmente não enquadradas</p> <p>Nova legislação reguladora das respostas não lucrativas</p> <p>Legislação específica de enquadramento dos recursos humanos</p> <p>Fiscalização, acompanhamento e monitorização das respostas disponíveis às pessoas idosas</p> <p>Certificação de instituições prestadoras de serviços de apoio a pessoas idosas certificadas</p> <p>Política social de enquadramento das responsabilidades e direitos dos prestadores de cuidados informais</p> <p>Equipa multidisciplinar interministerial de especialistas na área do envelhecimento</p> <p>Planos e Programas de Formação</p> <p>Monitorização e avaliação da formação</p>

Objectivos Estratégicos: Programas e Produtos

Objectivo Estratégico 2	Produtos
<p>Implementar uma política de estudo na área do envelhecimento em Portugal</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Incluir o envelhecimento como uma das áreas específicas do Observatório da Acção Social ■ Apoiar projectos de investigação na área do envelhecimento ■ Organizar debate temático 'Envelhecimento e Acção Social' 	<p>Relatórios do Observatório da Acção Social com tratamento específico das questões do envelhecimento</p> <p>Linha de financiamento para investigação: 'Envelhecimento e intervenção social'</p> <p>Realização de fóruns distritais e um nacional onde estejam presentes diversos protagonistas actuantes nesta matéria, e um perito internacional por cada fórum</p>

Objectivo Estratégico 3	Produtos
<p>Actuar na prevenção para o envelhecimento</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Informar e sensibilizar a opinião pública para as questões do envelhecimento ■ Informar e sensibilizar, formar e apoiar a formação para o envelhecimento ■ Premiar e disseminar boas práticas no domínio da prevenção para o envelhecimento 	<p>Campanhas de sensibilização nas escolas e nos media</p> <p>Materiais (vídeos, guias, folhetos, brochuras) sobre as questões do envelhecimento e boas práticas</p> <p>Eventos intergeracionais (culturais, desportivos, recreativos) e sobre a intergeracionalidade (colóquios, fóruns, etc.)</p> <p>Sessões de informação: preparação para a reforma, prevenção de acidentes domésticos, protecção rodoviária e prevenção de crimes.</p> <p>Boas práticas disseminadas</p>

Objectivos Estratégicos: Programas e Produtos

Objectivo Estratégico 4	Produtos
<p>Promover o envelhecimento activo</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Informar e sensibilizar para o envelhecimento activo■ Promover actividades culturais, recreativas e des-portivas de e para as pessoas idosas■ Promover o voluntariado sénior■ Apoiar a criação de associações de pessoas idosas	<p>Campanha de sensibilização nos media para o envelhecimento activo (materiais - vídeos, guias, folhetos, brochuras- sobre o envelhecimento activo)</p> <p>Colaboração com programas de educação contínua e apoio a universidades para as pessoas idosas</p> <p>Turismo sénior e outros programas recreativos e culturais apoiados</p> <p>Associativismo sénior apoiado</p> <p>Organização do voluntariado nos Centros de Voluntariado previstos</p>

Objectivos Estratégicos: Programas e Produtos

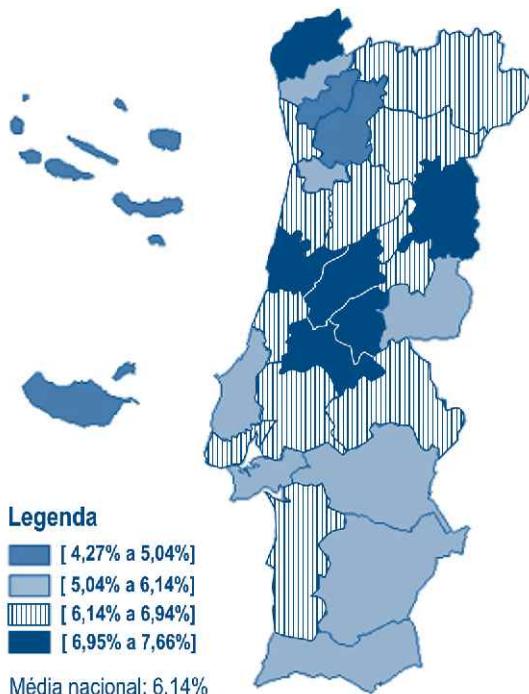
Objectivo Estratégico 5	Produtos
<p>Potenciar soluções de apoio às pessoas idosas orientadas para a permanência no seu quadro habitual de vida</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Elaborar programa nacional de financiamento de projectos no domínio do apoio integrado às famílias com pessoas idosas ■ Reforçar, técnica e financeiramente o Serviço de Apoio Domiciliário e os Centros Comunitários ■ Promover a inovação, assumindo o Estado um papel preponderante na definição e implementação de modelos de excelência, na premiação e disseminação de boas práticas ■ Fomentar o voluntariado social, nesta área quer de apoio à família, quer aos equipamentos, quer ainda à sensibilização de instituições e entidades 	<p>Programa nacional de apoio articulado às famílias com pessoas idosas</p> <p>Alargamento da cobertura do Serviço de Apoio Domiciliário, em termos de horários e de população abrangida.</p> <p>Aumento do número de serviços e equipamentos disponíveis às pessoas idosas nos centros comunitários</p> <p>Boas práticas premiadas e disseminadas</p> <p>Organização de voluntários para esta área no quadro dos Centros de Voluntariado Social</p>

***ANÁLISE ESTRATÉGICA:
APOIO AO SUJEITO
PROTECÇÃO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA***

Síntese do Diagnóstico

- Existência de pouca informação disponível e detalhada, não sendo também possível estabelecer qualquer análise da evolução do fenómeno em Portugal
- A informação existente tem geralmente uma base técnica que está longe de ser consensual
- Cerca de 6% da população declara possuir uma deficiência, sendo as limitações de tipo motor e visual as mais frequentemente citadas (Censos 2001)
- Padronização territorial do fenómeno, preponderante no Norte e Centro face ao Sul do país
- Sobre-representação da deficiência mental em zonas que até tarde revelaram um certo isolamento face ao resto do país, e da paralisia cerebral no Norte Litoral e na envolvente do Grande Porto
- Inter-relação crescente entre deficiência e envelhecimento, seja pela incapacitação das pessoas idosas seja pelo envelhecimento das pessoas com deficiência
- Mais de metade das pessoas com deficiência vivem da pensão de reforma (55,5%) e 25% vive do trabalho (Censos 2001)
- Correlação entre pobreza e aquisição de deficiência, variável de acordo com a idade, o tipo de actividade desenvolvida, a escolaridade, e o quadro familiar

Taxa de deficiência



Fonte: Recenseamento da População 2001

Principal meio de vida da população deficiente com mais de 15 anos, 2001 (%)



Fonte: Recenseamento da População 2001

Enquadramento do Sistema

DOCUMENTOS PROGRAMÁTICOS

Internacionais

- Recomendação R(92) 'Uma Política Coerente para a Reabilitação das Pessoas com Deficiência' (Conselho da Europa, 1992)
- Normas Sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (ONU, 1994)
- Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (OMS, 2001)
- Declaração de Madrid (Congresso Europeu sobre Deficiência, 2003)

Nacionais

- Constituição da República Portuguesa
- Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (Lei n.º 9/89 de 2 de Maio)
- Lei de Bases da Segurança Social (Lei n.º 32/2002 de 20 de Dezembro)
- Programa do XV Governo Constitucional
- Grandes Opções do Plano 2003
- Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2003-2005

ÓRGÃOS

- Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CNRIPD)
- Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD)

DGSSS:

- Divisão de Acção Social das Crianças e Jovens
- Divisão de Acção Social da População Adulta

ISSS:

- Área Envelhecimento, Dependência e Deficiência
- Área Cooperação e Rede Social

Outros:

- Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)
- Cooperativas de solidariedade Outras entidades de utilidade pública

PROGRAMAS E PROJECTOS MAIS SIGNIFICATIVOS

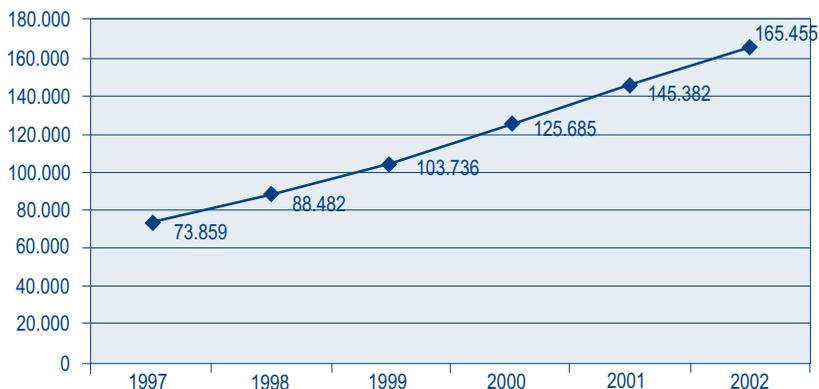
- Prémio Engenheiro Jaime Filipe – premiar a criatividade para a qualidade de vida e autonomia
- Plano de Auditoria Social e de Acompanhamento da Protecção de Menores, Idosos e Deficientes
- Programa ‘Ser Criança’
- Projectos de Luta Contra a Pobreza
- Acção-Tipo ‘Novas Oportunidades’

RESPOSTAS SOCIAIS

- Serviços e equipamentos direccionados à população com deficiência em geral: ‘Centro de Paralisia Cerebral’, ‘Apoio em Regime Ambulatório’, ‘Centro de Produção Material’, ‘Imprensa Braille’, ‘Transporte de Pessoas com Deficiência’ e ‘Acolhimento Familiar’
- Serviços e equipamentos destinados às crianças e jovens com deficiência: ‘Centro de Estudo e Apoio à Criança e à Família’, ‘Intervenção Precoce’ e ‘Lar de Apoio’
- Serviços e equipamentos vocacionados para a população adulta com deficiência: ‘Centro de Actividades Ocupacionais’ (CAO), ‘Lar Residencial’, ‘Serviço e Apoio Domiciliário’, ‘Centro de Reabilitação de Pessoas com Cegueira’ e ‘Centro de Atendimento/Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência’

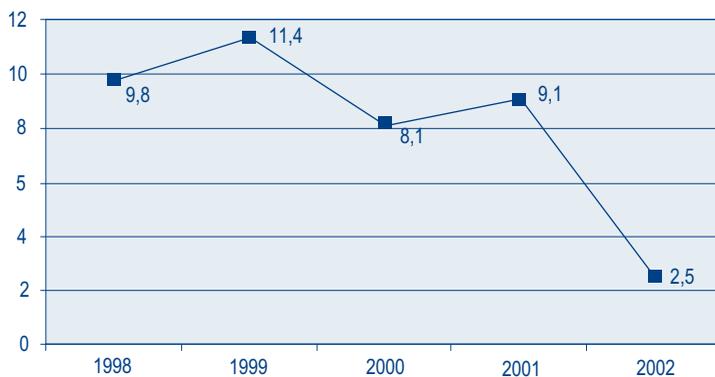
Evolução das Respostas

Evolução dos indicadores de financiamento das respostas sociais na área da Deficiência (milhares de euros)



Fonte: DGSSS. Acção Social em Números 2001/2002

Evolução dos indicadores de financiamento das respostas sociais na área da Deficiência (milhares de euros)



Fonte: DEPP-PIDDAC, Relatórios de Execução Anual

Debilidades / Potencialidades

Debilidades	Potencialidades
<ul style="list-style-type: none"> ■ Deficit ao nível do conhecimento da realidade da deficiência em Portugal que enquadre a actuação da acção social ■ Inexistência de enquadramento político expresso, sistemático, específico da acção social ■ Desencontro entre a definição legal e a realidade institucional do SNRIPD, DGSSS e ISSS ■ Déficit de concertação do figurino institucional presente na intervenção da acção social ■ Deficiente preparação dos técnicos dos CDSSS para o trabalho na área da deficiência, ao que não será alheia a exiguidade de recursos humanos ■ A insuficiência de respostas sociais em especial no que respeita aos Centros de Actividades Ocupacionais (C.A.O) e às soluções de residenciais ■ Déficit ao nível do apoio às famílias com pessoas com deficiência ■ Exiguidade de programas, projectos, acções de dinamização comunitária envolvendo as pessoas com deficiência ■ Falta de pertinência no envolvimento da acção social no sistema supletivo de atribuição e financiamento de ajudas técnicas 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Grande conhecimento empírico por parte dos agentes, da acção social e das instituições particulares ■ Existência, em termos nacionais, de instrumentos na área da deficiência sintonizados com as orientações internacionais ■ Visibilidade política da problemática da deficiência ■ Existência de órgãos nacionais com vocação transversal na área da deficiência (CNRIPD e SNRIPD) ■ Visibilidade orgânica que a deficiência toma no interior da acção social ■ Força e trabalho importante desenvolvido pela sociedade civil de e para as pessoas com deficiência ■ A resposta social 'Intervenção precoce' porque trabalha na comunidade, actua na prevenção, envolve a família, e responde de forma integrada ■ Qualidade de parte das respostas sociais dirigidas às pessoas com deficiência

Oportunidades/Ameaças

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ■ Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e nova Lei de Bases nacional na área da deficiência ■ Revisão da posição institucional do SNRIPD ■ Nova lei orgânica do Ministério da Segurança Social e do Trabalho ■ Potenciação do sector lucrativo no âmbito das respostas sociais às pessoas com deficiência ■ Nova lei do associativismo ■ Grande aposta na intervenção precoce ■ Orientação da atribuição de ajudas técnicas para a selectividade, fazendo intervir variáveis de natureza socio-económica 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Frágil preparação do sistema de acção social para o fenómeno do envelhecimento das pessoas com deficiência ■ Não resolução dos problemas que impossibilitam a operacionalização do discurso político, legal e estratégico que tem sido produzido nesta área ■ Quebra de investimento em respostas sociais

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Estratégias

1. Garantir a melhoria das respostas existentes às pessoas com deficiência através da reformulação dos respectivos quadros políticos, legislativos e institucionais
2. Apoiar as famílias e as comunidades locais para facilitar, sempre que possível, a manutenção das pessoas com deficiência nas suas comunidades de origem fomentando também respostas de proximidade
3. Sensibilizar a comunidade em geral e o meio empresarial em especial para a inclusão das pessoas com deficiência

Objectivos Estratégicos: Programas e Produtos

Objectivo Estratégico 1	Produtos
<p>Clarificar, reformular e avaliar a actual estrutura de enquadramento do sistema de acção social no domínio da deficiência</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Organizar um Livro Branco sobre a deficiência com a participação de todos os actores interessados no âmbito do Grupo Interministerial de Integração de Políticas Sociais. ■ Elaborar no âmbito da acção social o Plano Nacional de Apoio às Pessoas com Deficiência – 2004/2008 ■ Elaborar bianualmente Planos Nacionais e Locais de Apoio a Pessoas com Deficiência ■ Rever o sistema supletivo de prescrição, financiamento e atribuição de ajudas técnicas ■ Criar em cada área geográfica uma Estrutura de Articulação de Serviços com intervenção na deficiência ■ Organizar, no âmbito do Plano de Auditoria Social, a fiscalização, acompanhamento e monitorização das respostas existentes ■ Constituir, a partir de protocolo com a Saúde e a Educação, nomeadamente, uma bolsa multidisciplinar de especialistas na área da deficiência 	<p>Plano Nacional de Apoio às Pessoas com Deficiência – 2004/2008</p> <p>Livro Branco sobre a deficiência</p> <p>Planos Nacionais e Locais de Apoio a Pessoas com Deficiência bianuais</p> <p>Novo modelo de prescrição, financiamento e atribuição de ajudas técnicas</p> <p>Estrutura local de Articulação de Serviços</p> <p>Fiscalização, acompanhamento e monitorização das respostas sociais disponíveis às pessoas com deficiência</p> <p>Equipa multidisciplinar interministerial de especialistas na área da deficiência</p>

Objectivos Estratégicos: Programas e Produtos

Objectivo Estratégico 2	Produtos
<p>Clarificar e estudar a situação da deficiência em Portugal</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Accionar o previsto 'Observatório para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência' ■ Incluir a deficiência como uma das áreas específicas no interior do 'Observatório da Acção Social' ■ Apoiar alguns projectos de investigação de elevada qualidade centrados nas implicações da deficiência em termos de intervenção social ■ Realizar debate temático 'Deficiência e Acção Social', que seja o palco e sirva de mote à reflexão sobre a intervenção da acção social que se faz, fez e deverá fazer junto das pessoas com deficiência ■ Apoiar inovações nas formas de cuidado à deficiência e disseminar boas práticas 	<p>Funcionamento e relatórios do 'Observatório para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência' e do 'Observatório da Acção Social'.</p> <p>Linha de financiamento para projectos de investigação sobre 'Deficiência e Intervenção Social'</p> <p>Fóruns distritais e um fórum nacional 'Deficiência e Acção Social'</p> <p>Boas práticas disseminadas</p>

Objectivos Estratégicos: Programas e Produtos

Objectivo Estratégico 3	Produtos
<p>Aumentar o número de respostas sociais disponíveis às pessoas com deficiência</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Elaborar um programa nacional de redução das listas de espera dos Lares Residenciais e dos Centros de Actividades Ocupacionais ■ Elaborar um programa nacional de financiamento de projectos no domínio do apoio articulado às famílias com pessoas com deficiência ■ Incluir, sempre que possível, as crianças e jovens com deficiência nas respostas sociais destinadas às crianças e jovens em geral, garantindo as respectivas condições de acessibilidade ■ Apoiar a iniciativa privada lucrativa na criação de serviços e equipamentos de resposta a pessoas com deficiência ■ Reforçar, técnica e financeiramente, a resposta Intervenção Precoce garantindo a avaliação e disseminar boas práticas neste domínio 	<p>Redução nos próximos cinco anos das listas de espera existentes ao nível dos Lares Residenciais e CAO's.</p> <p>Programa nacional de apoio articulado às famílias com pessoas com deficiência</p> <p>Aumento de lugares para crianças e jovens com deficiência nas respostas da Rede Social dedicadas à Infância e Juventude</p> <p>Aumento do número de respostas disponíveis às pessoas com deficiência promovidas pelo sector privado lucrativo</p> <p>Aumento do número de respostas de Intervenção Precoce e boas práticas disseminadas</p>

Objectivos Estratégicos: Programas e Produtos

Objectivo Estratégico 4	Produtos
<p>Sensibilizar a opinião pública para a problemática da deficiência</p> <p>Programas estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Proporcionar à sociedade informação sobre as questões da deficiência e as possibilidades de participação das pessoas com deficiência ■ Fomentar o voluntariado social na área da deficiência, especialmente o voluntariado jovem 	<p>Campanha de sensibilização sobre a inserção social de pessoas com deficiência dirigida nomeadamente às escolas, serviços públicos e empresas.</p> <p>Organização de voluntários para esta área no quadro dos Centros de Voluntariado Social</p>

***PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO
ESTRATÉGICO PARA A ACÇÃO SOCIAL
SÍNTESE DA ESTRUTURA PROPOSTA
E SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO***

Objectivos do Sistema de Monitorização

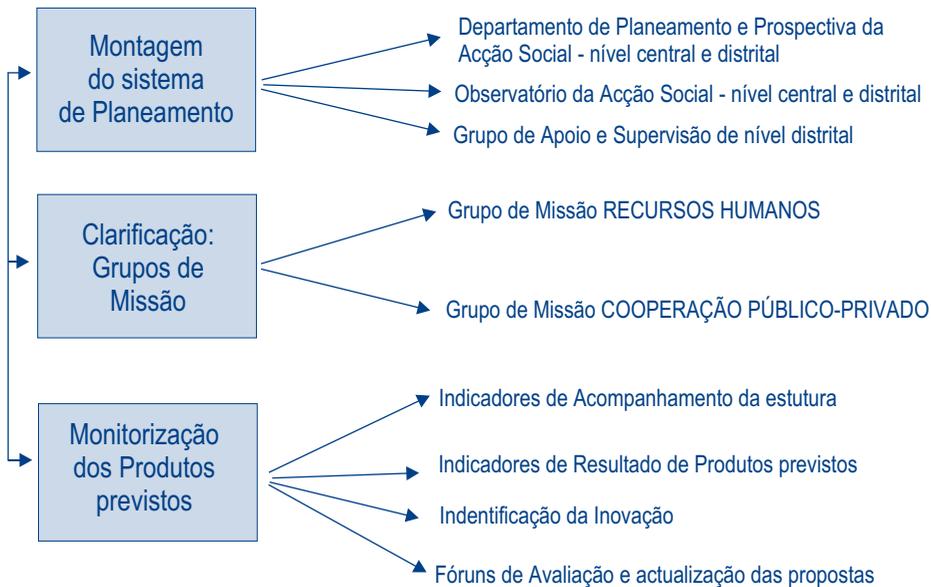
O objectivo central do Sistema de Monitorização é garantir a capacidade de concretização do Plano Estratégico da Acção Social. Podem considerar-se como objectivos específicos os seguintes:

- Identificação e clarificação de funções de alguns dos organismos existentes e de organismos a criar
- Identificação, clarificação e calendarização, no prazo do Plano (2004/2008), das principais directrizes identificadas como necessárias
- Construção de um observatório de monitorização das propostas

A estrutura do Sistema de monitorização comporta três níveis de trabalho:

- a) A montagem do sistema de planeamento
- b) A clarificação de algumas das questões centrais que foram colocadas através da organização de Grupos de Missão com duração limitada e objectivos definidos
- c) A estrutura de Monitorização do PEAS propriamente dita

Estrutura do Sistema de Monitorização



a) MONTAGEM DO SISTEMA DE PLANEAMENTO

A proposta contempla a montagem de um sistema de Planeamento e Avaliação que está caracterizado no esquema da página seguinte.

Essa estrutura exige o accionamento dos seguintes órgãos (excluem-se da proposta os de responsabilidade interministerial):

a.1.) Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento da Acção Social a nível central e distrital

Está previsto que o Sistema de Planeamento garanta:

A nível central:

- Plano Estratégico da Acção Social (a enquadrar no PNDES nacional acertando a temporalidade – o próximo será 2007-2010)
- Planos Estratégicos Sectoriais com a mesma lógica: Família, Infância e Juventude; Envelhecimento; Deficiência, Intervenção local
- Planos de Actividades bi-anuais
- Relatórios de Actividades bi-anuais - Observatórios da Acção Social a nível central e distrital

A nível distrital:

Com as mesmas funções do que os anteriores mas a nível distrital devem garantir a realização participada dos seguintes planos:

- Plano Estratégico da Acção Social Distrital
- Planos Estratégicos Sectoriais
- Planos de Actividades bi-anuais

a.2.) O OBSERVATÓRIO DA ACÇÃO SOCIAL a nível central e distrital

O OBSERVATÓRIO DA ACÇÃO SOCIAL é uma estrutura associada ao Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento da Acção Social, visando, a monitorização do sistema, tem intima articulação com a Investigação, Formação e Difusão

A nível central: do ponto de vista técnico deve accionar:

- Base de Dados informatizada e continuamente actualizada
- Fórum de Actores para acompanhamento qualitativo da evolução da situação social e das respostas do sistema
- Estudos de Casos para aprofundamento das boas práticas
- Financiamento a Projectos de Pesquisa no âmbito da Acção Social
- Mecanismos de divulgação , amigáveis e interactivos: site; boletins /revista; etc

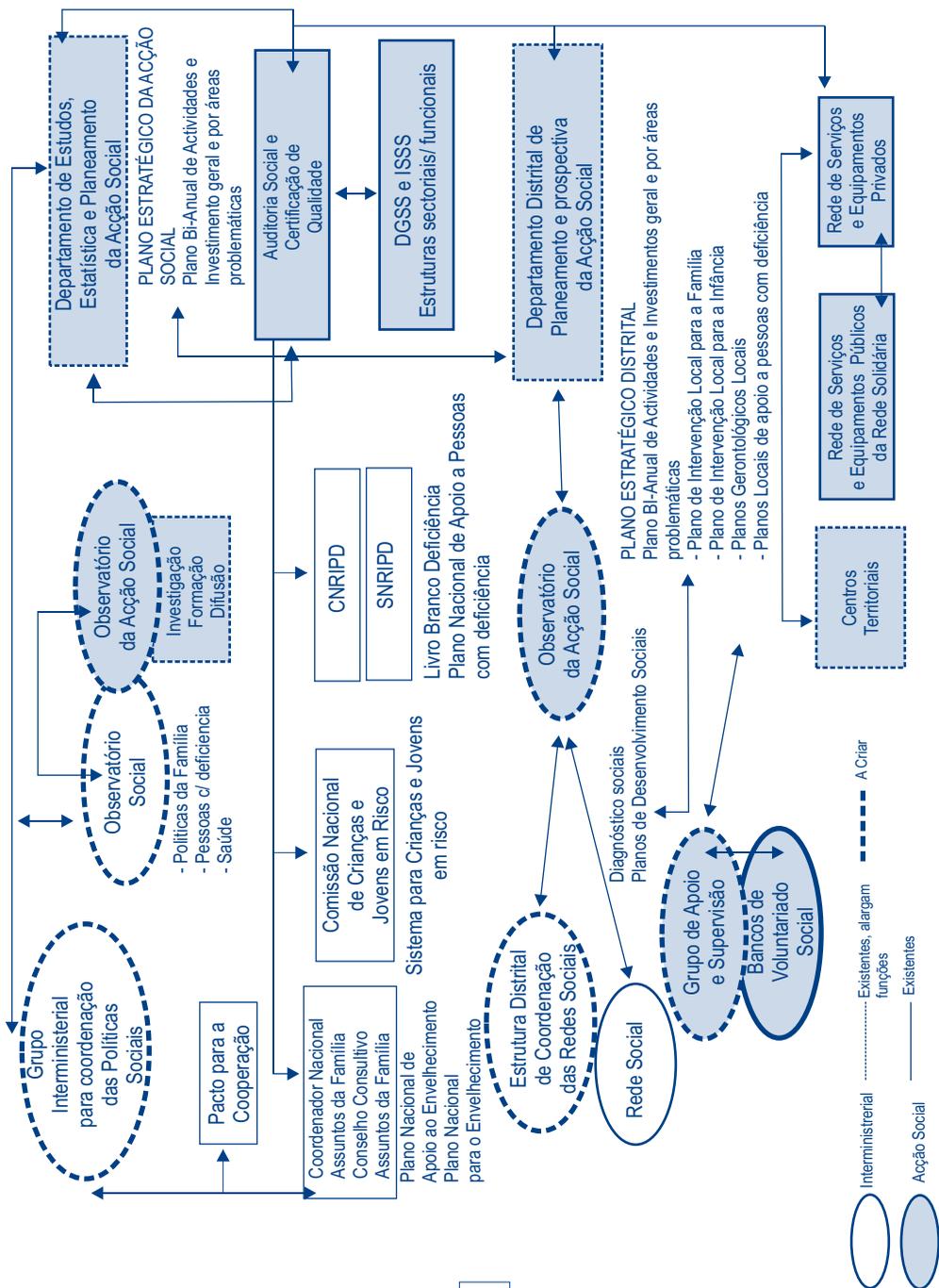
A nível distrital: O OBSERVATÓRIO DA ACÇÃO SOCIAL tem as mesmas funções que o Observatório Nacional com o qual está intimamente ligado mas centra-se na recolha de informação produzida com base regional e no aprofundamento da leitura da informação com maior impacte regional.

a.3.) GRUPO DE APOIO E SUPERVISÃO

O GRUPO DE APOIO E SUPERVISÃO funciona a nível distrital com o objectivo de apoiar a reflexão sobre a acção bem como sistematizar, por escrito, alguns dos pressupostos, fundamentos, objectivos, metodologias e impactes da intervenção em Acção Social.

Propõe-se o recurso a Universidades ou a peritos que permitam esse suporte. Neste Plano Estratégico propõe-se o ensaio em 3 distritos e face a problemáticas a definir devendo depois de avaliada a experiência ser disseminada.

Síntese da Estrutura Proposta e Sistema de Monitorização



b) ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE MISSÃO:

GRUPOS DE MISSÃO: Identificação, clarificação e calendarização, no prazo do Plano (2004/2008), das principais directrizes identificadas como necessárias

Grupo 1. GRUPO DE MISSÃO DE RECURSOS HUMANOS a quem competiria realizar um estudo detalhado do actual campo de intervenção da Acção Social ao nível local e regional

Grupo 2. GRUPO DE MISSÃO da COOPERAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO a quem competiria realizar um estudo detalhado do actual campo de intervenção da Acção Social ao nível local e regional clarificando os critérios – quantitativos e qualitativos - de constituição das equipas locais, regionais e centrais

c) MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE ACÇÃO SOCIAL 2004/2008

Propõe-se a seguinte estrutura do sistema de Monitorização :

- Construção de indicadores de acompanhamento quanto à organização das estruturas de planeamento (Departamentos centrais e distritais e Observatórios) e de clarificação (Grupos de Missão)
- Construção de indicadores de resultado quanto às actividades propostas com base nos produtos identificados
- Acompanhamento de acções inovadoras em matéria de Acção Social
- Realização de Fóruns Regionais anuais para actualização, avaliação e aferição das propostas PEAS

Notas

Notas

FICHA TÉCNICA

Edição

Instituto da Segurança Social, I. P.
Rua Rosa Araújo, 43
1250-194 Lisboa
Telef. 213 102 000
Fax: 213 102 095
iss@seg-social.pt

Comissão de Acompanhamento

Direcção Geral de Solidariedade e Segurança Social

Maria Teresa Penha (Coordenação)
Maria Conceição Malta Vacas

Instituto da Segurança Social, I. P.

Alexandra Castro
Ana Paula Alves
Marta Feliciano

Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento

João Manuel Grossinho Gonçalves
Irene Miralto

Autoria



Plano Estratégico da Acção Social
2004-2008

Coordenadores

Isabel Guerra (CET)
Ana Cardoso (CESIS)

Equipa

Isabel Duarte
Luís Soares

Consultores Permanentes

José Manuel Henriques
Fernanda Rodrigues

Consultores

Pierre Guibentif
Cristina Rimbau | Adreu
John Ditch

Colaboradores

GEOIDEIA
A. Mateus SA

Concepção Gráfica

Luís Santos

Impressão

Jaime Ferreira - Artesgráficas, Lda

Tiragem

5000 Exemplares

Edição

Setembro 2004

Depósito Legal



MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL,
DA FAMÍLIA E DA CRIANÇA
INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.

